



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

BRUNO MOREIRA BORGES DE CASTRO

**ENTRE A EXPANSÃO E O DECLÍNIO: A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO
ENSINO SUPERIOR E A QUEDA NAS INSCRIÇÕES DO ENEM NO
PERÍODO 2017 - 2021**

BRASÍLIA
2024

BRUNO MOREIRA BORGES DE CASTRO

**ENTRE A EXPANSÃO E O DECLÍNIO: A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO
ENSINO SUPERIOR E A QUEDA NAS INSCRIÇÕES DO ENEM NO
PERÍODO 2017 - 2021**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *stricto sensu* da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – UnB, como requisito para o grau de mestre em educação do estudante, na Linha de Pesquisa e Políticas Públicas e Gestão da Educação – POGE, sob orientação do Prof. Dr. Erlando da Silva Rêses.

BRASÍLIA – DF

2024



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

BRUNO MOREIRA BORGES DE CASTRO

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Erlando da Silva Rêses- Faculdade de Educação –FE/UnB Universidade de Brasília
(Orientador)

Prof^a. Dra. Maria Elaene Rodrigues Alves - Departamento de Serviço Social – UnB
Universidade de Brasília- (Membro Interno)

Prof^o. Dra. Márcia Mariana Bittencourt Brito – Programa de Pós-Graduação em Artes Faculdade
de Artes Visuais da Universidade Federal do Pará (UFPA) - (Membro Externo)

Prof^o. Dr. Mário Bispo dos Santos - SEEDF Secretaria de Estado de Educação do DF
(Suplente)

BRASÍLIA - DF
2024

DEDICATÓRIA

Agradeço, primeiramente, à minha esposa, Thais Malheiros, pelo companheirismo e afeto ao longo de todo o processo desta dissertação. Foram inúmeras noites em que a sua compreensão e apoio foram fundamentais para que eu pudesse conciliar o trabalho, a trajetória acadêmica, a paternidade e as aulas. Seu incentivo constante foi a base que sustentou essa caminhada. Ao meu filho, Caio Borges, que, mesmo com apenas três anos, mostrou uma sabedoria e sensibilidade surpreendentes ao compreender a importância do "papai ir à noite para a UnB estudar e pesquisar". Ver sua curiosidade sobre o que é a Universidade de Brasília e ouvir seu pedido inusitado para uma criança de sua idade – querer visitar o lugar onde o papai estuda – foi um presente que reforçou em mim o sentido dessa jornada e o desejo de construir um futuro melhor. Agradeço também à minha família, cujo suporte incondicional sempre me acompanhou em cada passo dessa trajetória, e ao meu orientador, professor Erlando Rêses, pela parceria, paciência e inspiração na construção de uma universidade democrática e popular. Sua orientação e dedicação foram imprescindíveis para o desenvolvimento deste trabalho, e sua crença no papel transformador da educação seguirá como uma fonte de inspiração. A todos vocês, minha mais profunda gratidão. Este trabalho não é apenas meu, mas o resultado de uma caminhada coletiva, marcada pelo apoio, pelo amor e pelo compromisso com um propósito maior.

"O Brasil não pode passar sem uma universidade que cultive o saber humano não como um ato de fruição ou de vaidade acadêmica, mas com o objetivo de, montada nesse saber, pensar o Brasil como problema" (Universidade Para Quê?, 1986, p. 4).

RESUMO

No contexto da consolidação das ações afirmativas nas universidades públicas e da comemoração dos 25 anos do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), esta dissertação analisa os ciclos de expansão do ensino superior no Brasil, com foco na recente redução do número de inscritos na principal via de ingresso às universidades públicas. Com base em dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do Ministério da Educação (MEC), a pesquisa busca compreender as motivações subjacentes às mudanças nos índices de participação no exame, situando essa análise no âmbito do segundo ciclo de democratização do ensino superior no país. Adotando uma abordagem histórico-crítica, o estudo examina o papel do ENEM como política pública e sua contribuição para a ampliação do acesso ao ensino superior, destacando seu impacto no processo de massificação educacional. Além disso, investiga as causas do declínio nas inscrições, avaliando se tal tendência aponta para uma possível ruptura no ciclo de expansão das matrículas registrado nas últimas duas décadas. Esta análise contribui para o debate sobre o futuro da democratização do ensino superior, contextualizando os desafios contemporâneos e propondo reflexões sobre os rumos das políticas educacionais no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Pública. Acesso à Educação Superior. Democratização.

ABSTRACT

In the context of the consolidation of affirmative action policies in public universities and the celebration of the 25th anniversary of the National High School Exam (ENEM), this dissertation examines the cycles of higher education expansion in Brazil, focusing on the recent decline in the number of applicants for the primary pathway to public university admission. Based on data from the National Institute for Educational Studies and Research Anísio Teixeira (INEP) and the Ministry of Education (MEC), the research seeks to understand the underlying motivations for the changes in participation rates in the exam, situating this analysis within the framework of the second cycle of higher education democratization in the country. Using a historical-critical approach, the study explores the role of ENEM as a public policy and its contribution to expanding access to higher education, emphasizing its impact on the process of educational massification. Furthermore, it investigates the causes of the decline in applications, assessing whether this trend signals a potential rupture in the expansion cycle of university enrollments recorded over the past two decades. This analysis contributes to the discussion on the future of higher education democratization, contextualizing contemporary challenges and proposing reflections on the direction of educational policies in Brazil.

KEYWORDS: Public Education. Access to Higher Education. Democratization.

LISTA DE GRÁFICOS E ILUSTRAÇÕES

1. **Gráfico 1** - Composição Socioeconômica, por Quintil de Renda Domiciliar per Capita, dos Jovens de 18 a 24 anos que Acessam o Ensino Superior – Brasil – 1992-2019.
2. **Gráfico 2** - Evolução do Número de Matrículas no Ensino Superior Brasileiro 1980-2022 (em milhões).
3. **Gráfico 3** - Taxa de Escolarização Bruta, Líquida e Líquida Ajustada - Brasil 2013 - 2023.
4. **Gráfico 4** – Porcentagem das matrículas no ensino superior no setor privado.
5. **Gráfico 5** - Distribuição de Ingressantes por Modalidade.
6. **Gráfico 6** - Evolução de Participantes do ENEM 1998 - 2023.
7. **Gráfico 7** – Evolução das matrículas no Ensino Médio por dependência administrativa (2019 - 2023).
8. **Gráfico 8:** Inscritos no ENCCEJA (2016 - 2023).
9. **Gráfico 9:** Taxa de Abstenção no ENEM, por Ano – Brasil – 2009-2021.
10. **Gráfico 10** - Número de Inscritos e Gastos com o ENEM (2013 - 2021).
11. **Gráfico 11** – Taxa de abstenção em cada dia de Prova do ENEM (2009 - 2023).
12. **Gráfico 12** – Recursos do FIES – Orçamento para o programa (2012 - 2022).
13. **Gráfico 13** – Número de Bolsa PRUNI (2012 - 2021).
14. **Gráfico 14** – Percentual de alunos que realizaram o ENEM por rede (2013 - 2021).
15. **Gráfico 15** – Variação percentual dos inscritos no ENEM (2010-2024) – crescimento/decrescimento em relação ao ano anterior.
16. **Ilustração 1** - Representação da Desigualdade Vertical e Horizontal.
17. **Ilustração 2** - Queda de Inscritos por Raça no ENEM 2021.

LISTA ABREVIATURAS E SIGLAS

EAD: Educação a Distância

ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio

FIES: Fundo de Financiamento Estudantil

FUVEST: Fundação Universitária para o Vestibular

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira

MEC: Ministério da Educação

NIS: Número de Identificação Social

OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNE: Plano Nacional de Educação

PROUNI: Programa Universidade para Todos

REUNI: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SISU: Sistema de Seleção Unificada

TIC: Tecnologias da Informação e Comunicação

UNICAMP: Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

Memorial	Página 11
Introdução	Página 14
Objetivo Geral	Página 17
Objetivos Específicos.....	Página 17
Quadro de Coerência.....	Página 18
Metodologia	
Pressupostos metodológicos	Página 19
Materialismo Histórico Dialético.	Página 20
Ciclos de Expansão do Ensino Superior	
Capítulo 1: Ciclos de Expansão do Ensino Superior	Página 23
Interseccionalidade.....	Página 36
O ENEM e a democratização no acesso	
Capítulo 2: O ENEM e a democratização no acesso	Página 40
Evidência 1 - Redução dos concluintes do ensino médio.....	Página 44
Evidência 2 - Fim da certificação do ensino médio pelo ENEM.....	Página 46
Evidência 3 - Aumento da taxa de inscrição.....	Página 48
Evidência 4 - Organização em dois domingos de prova.....	Página 50
Evidência 5 - Nova regra de isenção.....	Página 52
Evidência 6 - Pandemia e ensino remoto.....	Página 55
Evidência 7 - Enfraquecimento do FIES e PROUNI.....	Página 58
Fim do segundo ciclo de expansão do ensino superior?	
Capítulo 3 - É o fim do segundo ciclo de expansão?.....	Página 62
O Novo Ensino Médio	Página 65
Vagas ociosas no ensino superior.....	Página 67
Enem 2024 - uma análise introdutória.....	Página 70
Considerações Finais	Página 71
Referências	Página 74

MEMORIAL

O objeto desta pesquisa reflete diretamente minha trajetória profissional e acadêmica. Sou professor da educação básica, atuando tanto na rede pública quanto na privada nos últimos 15 anos, período em que o ensino regular e os cursinhos pré-vestibulares estiveram no centro da minha atuação. Atualmente, sou lotado na EAPE/GDF (Unidade-Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação), onde leciono um curso voltado para a formação de professores sobre os principais mecanismos de ingresso no ensino superior. Este curso tem como objetivo qualificar o corpo docente para orientar e estimular os estudantes, fortalecendo o papel das escolas públicas como mediadoras do acesso às universidades.

Minha motivação para este estudo está profundamente enraizada na minha trajetória acadêmica e na prática docente. Desde a graduação, a sala de aula e os exames de acesso ao ensino superior sempre desempenharam um papel central em minhas reflexões. O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), em especial, tornou-se não apenas um objeto de interesse acadêmico, mas também uma necessidade prática na minha atuação profissional, demandando constante atualização sobre sua estrutura, dinâmica e impacto.

O ENEM, ao longo de sua história, não apenas desempenhou um papel essencial na democratização do acesso ao ensino superior, mas também incorporou em suas diretrizes temáticas fundamentais vinculadas aos direitos humanos. Por meio de sua matriz de referência e das questões propostas, o exame ajudou a capilarizar temas como equidade de gênero, racismo, cidadania, sustentabilidade e diversidade cultural no cotidiano escolar, reforçando a relevância de tais discussões na formação crítica e cidadã dos jovens brasileiros.

Em 2017, essa percepção foi aprofundada com meu retorno à Universidade de Brasília para cursar uma especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça. Sob a orientação da Prof^a Dra. Olgamir Amâncio, desenvolvi uma pesquisa que analisou a representação das relações de gênero no ENEM, evidenciando como o exame atua como ferramenta educativa e política. Essa experiência foi determinante para consolidar minha compreensão do ENEM não apenas como um instrumento de avaliação e seleção, mas como um espaço de enfrentamento das desigualdades e promoção de valores democráticos e inclusivos.

Essa trajetória reforçou a relevância deste estudo, que busca compreender o papel do ENEM em um contexto de mudanças políticas e econômicas que impactam diretamente sua

capacidade de democratização. A pesquisa é também uma oportunidade de refletir sobre como o exame pode continuar a contribuir para uma educação emancipadora, que vá além do acesso às universidades, promovendo transformações concretas na sociedade.

A partir de 2009, acompanhei o fortalecimento do ENEM como a principal via de ingresso às universidades públicas, potencializado por ações afirmativas e programas como Programa Universidade Para Todos (PROUNI), Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). No entanto, o cenário mudou drasticamente nos últimos anos. Entre 2017 e 2021, o número de inscritos no exame caiu mais de 60%, revelando uma crise de interesse no ensino superior público e presencial. Essa redução reflete um conjunto de desafios: o aumento do custo de oportunidade¹ para jovens, discursos críticos às universidades, mudanças nas políticas educacionais e a crise econômica. Paralelamente, as universidades públicas enfrentam a paradoxal realidade de sobra de vagas, indicando um descompasso preocupante entre oferta e demanda.

Ao longo desse período, tive a oportunidade de participar ativamente de iniciativas que conectam teoria e prática, consolidando uma perspectiva crítica para a construção da minha pesquisa. Um dos marcos dessa trajetória foi minha atuação na concepção das novas matrizes do Programa de Avaliação Seriada da UnB (PAS), principal forma de ingresso na Universidade de Brasília (UnB). O documento construído a partir dessa experiência atribui maior transparência ao exame, identificando os conhecimentos essenciais avaliados, além de alinhar os objetivos educacionais e promover um diálogo entre docentes da educação superior e educação básica.

Paralelamente, integrei a Comissão de Assessoramento Técnico-Pedagógico para a Avaliação do Ensino Médio, um espaço estratégico do INEP voltado para o diálogo entre o instituto e a comunidade educacional. Nesse contexto, tive a oportunidade de contribuir com discussões relevantes sobre os rumos do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), com foco na adequação do exame às novas diretrizes do Ensino Médio.

Essas experiências ampliaram minha compreensão dos desafios e potencialidades no campo da avaliação educacional e reforçaram meu compromisso com a democratização do acesso à educação superior. Essas vivências não apenas impulsionaram meu objetivo de

¹ O custo de oportunidade é um conceito econômico que se refere ao valor do benefício perdido ao optar por uma escolha em detrimento de outra. Para os jovens, especialmente em contexto educacional, isso pode significar a decisão de investir tempo e recursos nos estudos, como a preparação para o ENEM, em vez de dedicar-se ao trabalho. O ingresso precoce no mercado de trabalho muitas vezes é necessário para complementar a renda familiar, tornando o acesso à educação superior um projeto ainda mais difícil.

pesquisa, mas também fundamentaram a própria essência da minha dissertação, construída a partir da práxis, a união indissociável entre teoria e prática. A articulação entre minha atuação profissional e o embasamento teórico fortaleceu a perspectiva crítica da pesquisa, permitindo que ela não fosse apenas uma análise acadêmica, mas também um instrumento capaz de propor caminhos para superar desigualdades históricas e aprimorar políticas públicas educacionais em vigência.

O retorno à Universidade de Brasília como mestrando é movido por essa inquietação diante dessas transformações. A redução nas inscrições no ENEM, a estagnação no preenchimento de vagas e o afastamento dos jovens do projeto educacional refletem desafios que transcendem o campo acadêmico, exigindo respostas que combinem análise crítica e compromisso social. Meu objetivo é contribuir para o debate sobre o futuro do ensino superior no Brasil, reafirmando o papel do ENEM como símbolo de democratização e explorando caminhos para reverter esse cenário, com vistas à inclusão de um número cada vez maior e cada vez mais plural de estudantes nas universidades.

INTRODUÇÃO

Finalizar a Educação Básica, ingressar na universidade desejada e iniciar uma trajetória profissional são etapas que nunca foram lineares no Brasil. Nos últimos anos, porém, esses caminhos tornaram-se ainda mais desafiadores para uma geração que experimentou, em um curto período, a maior expansão do ensino superior na história do país², seguida por uma redução expressiva nas inscrições no ENEM e no acesso às universidades. Nas últimas três décadas, o Brasil multiplicou por dez o número de estudantes no ensino superior, alcançando quase 10 milhões de matriculados em 2023. No entanto, os últimos seis anos foram caracterizados por uma redução progressiva dos participantes no ENEM e no ensino presencial, enquanto o crescimento das matrículas restringiu-se, majoritariamente, à rede privada e à modalidade de Educação a Distância (EAD).

Dois ciclos de expansão marcaram o ensino superior brasileiro. O primeiro, entre 1960 e 1980, foi impulsionado por alterações na Lei de Diretrizes e Bases (1961) e pela Reforma Universitária (1968). O segundo, iniciado nos anos 1990, foi fortalecido por transformações no acesso às universidades, como a implementação do ENEM e da Lei 12.711 (Lei de Cotas). Essa expansão rompe parcialmente com o status de um *sistema de elite*³, conforme a taxonomia de Martin Trow, cenário em que a oferta de ensino superior é tão limitada que fica restrita às populações mais privilegiadas, sistema que não apresenta compromisso com a massificação das universidades. Esse fenômeno alterou as perspectivas de futuro dos jovens, que, na década de 2010, alcançaram a maior longevidade escolar observada na história do país. Apesar disso, a partir de 2015, as expectativas de acesso começaram a ser desafiadas por instabilidades políticas e econômicas, agravando desigualdades e criando incertezas para o futuro. (SENKEVICS, 2022).

A presente pesquisa analisa o fenômeno da significativa diminuição nas inscrições do ENEM entre 2017 e 2021, período eleito como objeto de pesquisa pela possibilidade de

² Sobre a expansão do ensino superior no Brasil, ver Adriano Senkevics: **O acesso, ao inverso: desigualdades à sombra da expansão do ensino superior brasileiro, 1991-2020 (2021)**. O autor destaca que o período entre 1991 e 2020 foi marcado por políticas públicas e iniciativas de ampliação de vagas, configurando o maior crescimento de matrículas no ensino superior da história brasileira.

³ Com base na experiência de países desenvolvidos, em particular do caso estadunidense, Martin Trow (1973) definiu empiricamente três estágios de expansão do ensino superior: i) sistema de elite; ii) sistema de massa, quando; iii) sistema universal. No *sistema de elite*, taxa líquida de escolarização até 15%, *sistema de massa*, taxa líquida de 15 a 50% e sistema universal com uma taxa líquida acima de 50%.

sinalizar uma ruptura no processo de expansão observado desde a redemocratização. Entre os fatores que contribuem para essa redução estão a retração econômica, as mudanças organizacionais no exame, a pandemia e o crescimento da EAD, que reflete um descompasso entre o modelo de ensino ofertado e as demandas da juventude e do mercado de trabalho. O impacto é mais intenso entre os segmentos de menor poder aquisitivo, aprofundando as desigualdades históricas.

Estruturada em três seções principais, esta dissertação busca compreender as contradições e possibilidades no processo de democratização do ensino superior. Na **Seção 1**, são explorados os ciclos de expansão do ensino superior, destacando seus marcos históricos e transformações estruturais. A **Seção 2** examina o papel do ENEM na ampliação das oportunidades, analisando sua contribuição como política pública inclusiva. Por fim, a **Seção 3** aborda a recente redução nas inscrições e reflete sobre o futuro do exame, questionando se estamos vivenciando o fim do segundo ciclo de expansão.

O exame nacional posiciona-se como um importante termômetro para avaliar a democratização do acesso e os desafios que persistem no sistema educacional brasileiro, especialmente no ensino superior. Embora o país tenha multiplicado significativamente sua população universitária desde 1990, a comparação internacional revela um quadro preocupante de atraso. Apenas 25% dos jovens brasileiros de 18 a 24 anos estão matriculados no ensino superior, percentual que contrasta fortemente com a média de 45% dos países da OCDE e com os 35% registrados em nações vizinhas, como Colômbia, Chile e Argentina. Esses dados refletem um passivo histórico que resulta de décadas de exclusão educacional e de políticas públicas que priorizam modelos elitistas, limitando a ampliação da oferta de ensino superior.

O Brasil apresenta um atraso estrutural em relação à democratização do acesso à educação superior. Diferentemente de países vizinhos, que iniciaram seus esforços de expansão universitária ainda no século XIX, o Brasil demorou para estruturar seu sistema de ensino superior. Até o início do século XX, a formação universitária no país era quase inexistente, restringindo-se a poucos cursos profissionalizantes criados com a chegada da família real portuguesa, em 1808.

Foi apenas na década de 1930 que o Brasil começou a consolidar suas primeiras universidades, como a Universidade de São Paulo (USP), fundada em 1934, ainda sob um modelo de acesso excludente e voltado às classes privilegiadas. Esse atraso histórico foi agravado por décadas de negligência quanto à necessidade de ampliar a capilaridade do sistema. Até a década de 1960, o ensino superior brasileiro permanecia como privilégio de uma pequena

elite econômica e social. A partir da Reforma Universitária de 1968 que o sistema começou a se expandir de forma mais sistemática, ainda que com limitações severas. Durante o regime militar (1964-1985), o crescimento se deu principalmente no setor privado, com incentivo estatal para a criação de instituições particulares, o que ampliou a assimetria entre o ensino público e privado. O passivo histórico do Brasil em relação à educação superior não está restrito apenas ao acesso, ele é acompanhado por profundas desigualdades regionais, raciais e de classe.

Até o início dos anos 2000, os estudantes universitários brasileiros eram majoritariamente brancos e oriundos das classes mais altas, com pouca representatividade de jovens negros, indígenas e de baixa renda. Essa exclusão reflete décadas de ausência de políticas inclusivas que considerassem as especificidades sociais e econômicas da população brasileira. Apesar do crescimento significativo a partir dos anos 1990, impulsionado por políticas públicas como o ENEM, PROUNI e FIES, o Brasil ainda enfrenta o desafio de superar a sub-representação de grupos historicamente marginalizados no ensino superior. Além disso, a expansão das vagas não foi acompanhada por uma estrutura que garantisse a permanência e o sucesso dos estudantes, gerando altas taxas de evasão, especialmente entre aqueles de origem popular. Atualmente a taxa de evasão no ensino superior no Brasil é de 57% na rede pública e privada⁴, revelando as dificuldades de garantia de permanência nas instituições do país. O indicador de 25% dos jovens brasileiros no ensino superior precisa ser entendido dentro desse contexto histórico, como um reflexo de um sistema que, por muito tempo, reproduziu desigualdades em vez de corrigi-las. É um passivo que não se limita à ampliação de vagas, mas envolve a reestruturação de um modelo educacional que ainda carrega as marcas de seu passado elitista.

Essa realidade torna urgente a implementação de políticas públicas que não apenas expandam o acesso, mas também promovam a inclusão, garantindo condições de permanência e valorização da diversidade no ambiente universitário. O ENEM, como política pública, desempenha um papel central nessa agenda, funcionando como uma porta de entrada para a democratização do ensino superior. Contudo, os desafios recentes, como a queda nas inscrições e a crescente ociosidade nas vagas públicas, evidenciam a necessidade de redobrar esforços para que o exame cumpra seu papel de inclusão e ampliação de oportunidades educacionais. Sem ações estruturais que enfrentem o passivo histórico do sistema educacional brasileiro, o

⁴ O índice de evasão da educação superior no Brasil chega a 57,2% entre redes pública, privada e ensino presencial e a distância (EaD): <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/ensino-superior/2024/05/6852929-ensino-superior-no-brasil-tem-57-de-evasao-na-rede-publica-e-privada.html>. Acesso em 16 nov 2024

país continuará distante de alcançar os padrões internacionais de acesso à educação superior e, conseqüentemente, de promover o desenvolvimento social e econômico sustentado.

Por muito tempo, discursos meritocráticos legitimam a exclusão de minorias sociais das universidades públicas, disfarçando desigualdades estruturais como falta de mérito individual (BOURDIEU, 1984). Esta pesquisa propõe identificar as razões do declínio de mais de 5 milhões de inscritos no ENEM nos últimos anos, contextualizando a atual crise com os ciclos de expansão do sistema e com os dados mais recentes do exame. A partir dessa análise, busca-se criar um ambiente favorável para iniciativas que revertam a tendência de declínio nas matrículas e retomem o compromisso com a massificação e democratização do ensino superior no Brasil.

OBJETIVO GERAL

O objetivo geral deste trabalho é analisar, de forma inédita, o papel da recente redução nas inscrições do ENEM (2017-2021) no ciclo histórico de democratização do acesso às universidades no Brasil. Busca-se identificar as causas desse fenômeno, compreendendo a diminuição nas inscrições como um indicador estratégico para desvendar os desafios e contradições no sistema educacional. A pesquisa tem como finalidade contribuir diretamente para o aprimoramento de políticas públicas voltadas à promoção da equidade no acesso ao ensino superior, fornecendo subsídios para ações mais eficazes e inclusivas no enfrentamento das desigualdades históricas que permeiam a educação no país.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- I. Identificar os ciclos de expansão do ensino superior brasileiro.
- II. Analisar o histórico do ENEM como política pública de democratização do acesso às universidades públicas no Brasil.
- III. Identificar as diferentes evidências sobre a redução do número de inscritos no ENEM no período 2017 a 2021.

QUADRO DE COERÊNCIA

TEMA: Democratização do acesso à universidade e redução nas inscrições do ENEM (2017-2021)

TÍTULO: Entre a expansão e o declínio: a democratização do acesso ao ensino superior e a queda nas inscrições do ENEM no período 2017 - 2021

QUESTÃO OU PROBLEMA DA PESQUISA: Qual o papel do ENEM nos ciclos de expansão do ensino superior? Quais são os principais elementos explicativos para a grande redução dos inscritos na principal política pública de acesso às universidades? A recente redução representa o fim do segundo ciclo de expansão do ensino superior brasileiro?

OBJETIVO GERAL	OBJETIVO ESPECÍFICO	PROCEDIMENTOS
Analisar a democratização do acesso às universidades a partir da progressiva redução nas inscrições do Exame Nacional do Ensino Médio (2017-2021).	Identificar os ciclos de expansão do ensino superior brasileiro	Revisão Bibliográfica: Pesquisa e análise de estudos anteriores sobre temas como democratização do acesso ao ensino superior, histórico dos vestibulares, impacto de políticas públicas (PROUNI, FIES, cotas), e fatores que influenciam o interesse e a participação nos exames.
	Demonstrar o histórico e relevância do ENEM como política pública de democratização do acesso às universidades públicas no Brasil	Análise Documental: Levantamento e estudo de documentos oficiais, como relatórios do INEP, MEC, Censos da Educação Superior, microdados do ENEM, legislações e decretos que regulamentam o

		exame e políticas de acesso à universidade.
	Identificar as diferentes evidências sobre a redução do número de inscritos no ENEM no período 2017 a 2021.	Análise de Políticas Públicas: Estudo detalhado das políticas que impactam as inscrições no ENEM, como a introdução das cotas, mudanças nas regras de isenção, e incentivos financeiros (ex., Programa Pé-de-Meia).

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa adota uma abordagem metodológica mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos para garantir uma análise abrangente e detalhada do fenômeno investigado. A escolha por essa abordagem deve-se à necessidade de articular diferentes perspectivas e fontes de dados para compreender tanto os aspectos objetivos quanto os contextos históricos e sociais que permeiam a organização do ensino superior no Brasil e o papel do ENEM nesse processo.

Do ponto de vista qualitativo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que inclui referências teóricas clássicas e contemporâneas sobre os ciclos de expansão do ensino superior, políticas públicas educacionais e o uso do ENEM como instrumento de democratização do acesso. Essa etapa fundamentou-se em obras de autores como Karl Marx, Patricia Hill Collins, Gaudêncio Frigotto, Adriano Senkevics e outros que discutem o contexto histórico e as desigualdades estruturais que impactam os sistemas educacionais. Além disso, o estudo incorpora análise de documentos oficiais, como legislações, portarias do MEC e relatórios do INEP, para compreender as mudanças institucionais que impactam o exame e o ensino superior nas últimas décadas.

Já na dimensão quantitativa, foram utilizados dados estatísticos provenientes de fontes oficiais, como o Censo do Ensino Superior, Censo Escolar, Microdados do ENEM e o Mapa do Ensino Superior no Brasil. A análise estatística foi aplicada para mapear tendências e quantificar fenômenos, como o número de matrículas no ensino médio, a redução no número de inscritos do ENEM, a evolução das matrículas no ensino superior e o impacto de políticas públicas, como PROUNI e FIES nesse cenário. Esses dados foram interpretados em diálogo com a literatura, permitindo uma análise mais contextualizada e crítica.

A metodologia foi organizada em três etapas complementares: na primeira etapa, a análise concentrou-se nos indicadores históricos do ensino superior, como taxas de escolarização, percentual da população universitária e distribuição das matrículas entre redes pública e privada. Na segunda etapa, foi realizado um estudo detalhado sobre o histórico do ENEM, com ênfase na sua evolução enquanto política pública, utilizando dados do MEC, INEP e fontes bibliográficas. Por fim, na terceira etapa, a pesquisa buscou projetar tendências para o futuro do ENEM e do ensino superior brasileiro, explorando os dados mais recentes do exame e refletindo sobre o impacto das mudanças estruturais no sistema educacional.

Essa articulação metodológica visa construir uma análise crítica e fundamentada, capaz de identificar a complexidade do tema em estudo, muitas vezes vinculados a fatores que exploram os aspectos exclusivamente educacionais. Ao integrar técnicas qualitativas e quantitativas, a pesquisa busca fornecer subsídios para uma compreensão mais aprofundada da dinâmica do ensino superior no Brasil, evidenciando as contradições e desafios que permeiam o acesso e a democratização desse nível de ensino.

Materialismo Histórico Dialético

Na perspectiva materialista histórica, o método está vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida no seu conjunto. A questão da postura, nesse sentido, antecede ao método. Este constitui-se numa espécie de mediação no processo de apreender, revelar e expor o desenvolvimento e transformação dos fenômenos sociais [FRIGOTTO, 2004, p. 77].

A abordagem teórica e metodológica deste trabalho fundamenta-se no materialismo histórico-dialético, formulado por Karl Marx e Friedrich Engels para compreender as estruturas e transformações da sociedade. Esse método parte do princípio de que os fenômenos sociais são moldados por contradições históricas e pelas lutas de classes, que condicionam as dinâmicas

sociais, culturais e econômicas ao longo do tempo. Sob essa ótica, a metodologia tem como ponto de partida o denominado “concreto real”, a vida cotidiana deve ser o início de qualquer investigação intelectual. O método inicia pela análise da materialidade do cotidiano para revelar os múltiplos aspectos que constituem os fenômenos analisados na pesquisa.

Duas categorias fundamentais na teoria marxista, especialmente no âmbito do materialismo histórico-dialético, são o "concreto real" e o "concreto pensado". Esses conceitos estruturam o método analítico de Marx e servem para desvelar as dinâmicas e contradições da realidade social. O "concreto real" refere-se ao mundo tal como ele é percebido, a experiência cotidiana, em sua materialidade e complexidade aparentes. Já o "concreto pensado" é o resultado do processo de abstração e análise crítica que busca compreender o real em suas múltiplas determinações. Marx ilustra essa distinção com o exemplo da população, um elemento comum e evidente no cotidiano. A população, tomada isoladamente, é uma abstração vazia, sem significado concreto, caso não seja desmembrada em suas determinações internas, como classes sociais, relações de produção e divisão do trabalho.

Nesse sentido, a população só adquire sentido como categoria concreta quando compreendemos as forças materiais e históricas que a constituem. Marx afirma que “o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado” (MARX, 1974, p. 123). Assim, o "concreto real" é o ponto de partida para a investigação, enquanto o "concreto pensado" é o resultado da análise crítica que torna compreensível aquilo que, à primeira vista, parece evidente. O método marxista exige, portanto, um movimento dialético que vá além da descrição superficial, desvelando as contradições e relações históricas que sustentam o cotidiano. A ciência realiza um movimento de retorno, permitindo que a imediatez da vida cotidiana seja compreendida de forma inteligível

Ao aplicar esses conceitos na análise social e histórica, Marx reforça a necessidade de compreender os objetos e fenômenos em sua totalidade, incluindo as condições materiais que os originam e moldam. Isso implica reconhecer no objetivo de pesquisa a sua historicidade e um conjunto de relações que precisam ser desvendadas para que possamos compreender sua essência e papel no contexto mais amplo das dinâmicas sociais.

No campo educacional, o materialismo histórico-dialético destaca-se como uma abordagem eficaz para analisar a educação enquanto um campo caracterizado por relações de poder e contradições sociais. Fundamentado na premissa de que a produção material constitui a base universal da existência humana, esse método compreende a educação não como um

sistema neutro ou isolado, mas como reflexo das condições materiais e históricas que moldam a sociedade. Essa perspectiva é particularmente relevante para compreender tanto a expansão do ensino superior quanto a recente redução das inscrições no ENEM, situando esses fenômenos no contexto mais amplo das crises econômica e política que o Brasil atravessou nos últimos anos.

O ENEM, como política pública, desempenhou um papel transformador na democratização do acesso ao ensino superior. Ele não apenas ampliou as oportunidades de ingresso, mas também contribuiu para diversificar o perfil discente das universidades brasileiras. Contudo, a queda expressiva no número de inscritos entre 2017 e 2021 exige uma análise que vá além dos números, demandando um exame crítico das múltiplas determinações envolvidas nesse processo. Nesse sentido, o método materialista histórico-dialético é instrumental, pois parte da análise do "concreto real" — a expressão mais imediata do objeto de estudo — para chegar ao "concreto pensado", uma compreensão mais profunda e articulada das relações que estruturam o fenômeno em questão.

A análise do ENEM como política pública deve considerar as condições históricas que estruturam as desigualdades no ingresso ao ensino superior, investigando as crises econômicas, o desmonte de programas como PROUNI e FIES, as mudanças organizacionais no exame e os impactos da pandemia de COVID-19. Além disso, o conceito de interseccionalidade complementa a análise materialista ao iluminar as formas como opressões de gênero, raça e classe se cruzam, moldando o acesso desigual ao ensino superior. Essa abordagem revela as exclusões estruturais que persistem no sistema educacional brasileiro, destacando como múltiplos marcadores sociais amplificam as barreiras enfrentadas pelos grupos mais vulneráveis. A aplicação do materialismo histórico-dialético nesse contexto não apenas permite compreender as desigualdades educacionais, mas também fundamenta propostas para sua superação, alinhando teoria e prática no enfrentamento das contradições sociais. Compreender a história do ENEM como política pública a partir dessa perspectiva é essencial para avaliar seu papel na democratização do ensino superior e para propor políticas públicas mais inclusivas e justas. Esta pesquisa, ao adotar esse método, reafirma o compromisso com uma ciência que, além de desvendar a realidade, busca transformá-la, reforçando o caráter indissociável entre teoria e práxis.

CAPÍTULO 1 - CICLOS DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR

Para compreender o atual cenário de acesso às universidades no país é importante destacar que a organização do ensino superior no Brasil foi tardia mesmo em comparação histórica restrita aos países da América Latina. No México e Peru as primeiras instituições de ensino superior remontam ao século XVII, na Argentina, a tradicional Universidade de Córdoba foi criada em 1613. O Brasil registra sua primeira experiência universitária apenas com a chegada da família real em 1808, o país iria contar oficialmente com suas primeiras universidades no início do século XX.

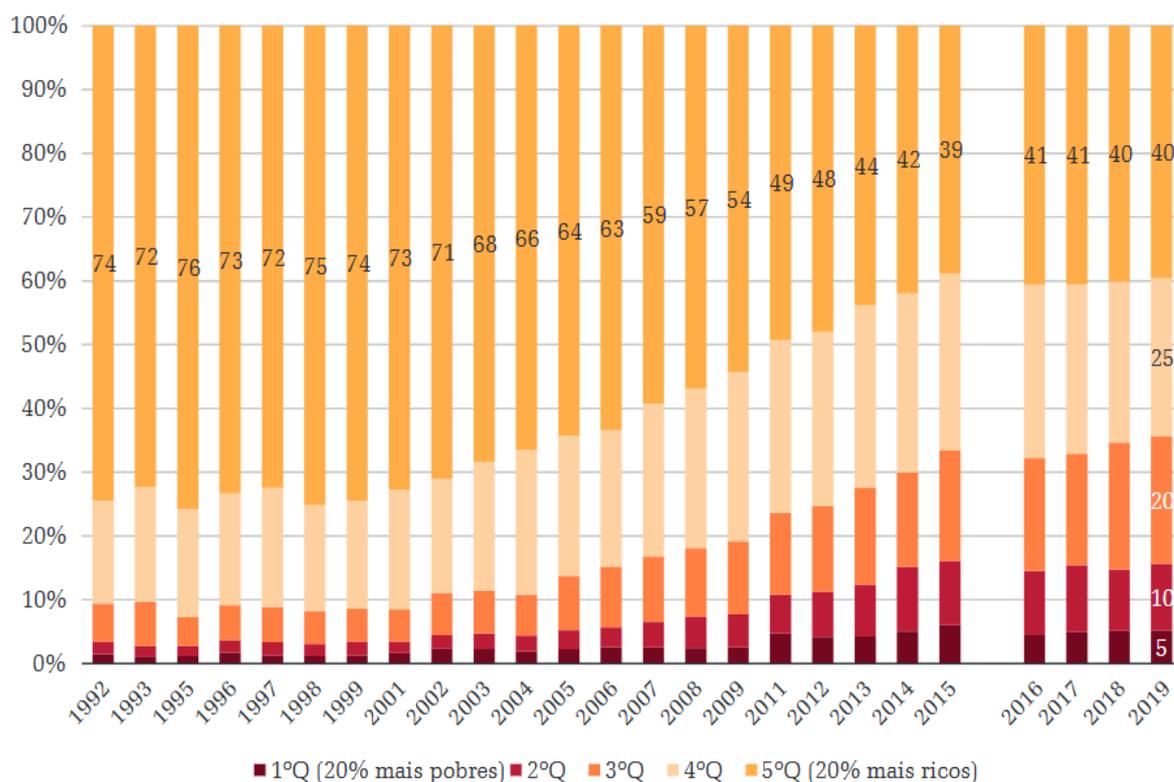
As repercussões do atraso histórico e da dinâmica restritiva no direito à educação superior no Brasil ainda são evidentes nos dias atuais. A partir da década de 1960, o país implementou reformas estruturantes que marcaram o início do que a literatura define como o **primeiro ciclo de expansão** do ensino superior. Esse período foi impulsionado por reformas que introduziram mudanças significativas ao equiparar os diplomas dos diversos tipos de conclusão do Ensino Médio (industrial, comercial, agrícola e normal), ampliando o número de candidatos aptos a disputar vagas nas universidades e pelos estímulos fiscais para a multiplicação de instituições privadas pelo país.

Apesar da expansão inicial, o sistema manteve um forte caráter exclusivista, com o acesso ao ensino superior restrito às classes com maior renda. A falta de políticas de inclusão social durante esse ciclo reforçou a segregação do acesso às universidades, deixando as camadas populares sem oportunidades efetivas de ingresso. O contexto era de ditadura militar, onde o projeto de massificação da universidade e do compromisso estatal em democratizar o acesso não era uma perspectiva do regime. Um indicador que revela como esse caráter restritivo permaneceu por muito tempo, é o do perfil da população universitária até o final da década de 1990.

Segundo dados apresentados pelo pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Adriano Senkevics (2022), observa-se um perfil marcadamente elitista na composição da população universitária brasileira até o início dos anos 2000. Conforme mostra o Gráfico 1, as classes mais altas, especialmente o quinto quintil de renda (20% mais ricos), predominavam nas matrículas do ensino superior, enquanto as camadas mais pobres (primeiro e segundo quintis) tinham pouca representatividade. Somente a partir de meados da década de 2000, observa-se uma redução gradativa da participação dos mais ricos, acompanhada por um

aumento das classes de menor renda, indicando uma fase importante do denominado segundo ciclo de expansão do ensino superior.

GRÁFICO 1 - COMPOSIÇÃO SOCIOECONÔMICA, POR QUINTIL DE RENDA DOMICILIAR PER CAPITA, DOS JOVENS DE 18 A 24 ANOS QUE ACESSAM O ENSINO SUPERIOR – BRASIL – 1992-2019.



FONTE: SENKEVICS, Adriano (2022).

Disponível em < https://proifes.org.br/wp-content/uploads/2023/09/INEP-Cadernos-4_Exp-Recente-E.S-2021_.pdf > Acesso em 16 nov 2024.

Outro fator determinante do primeiro ciclo de expansão (1960-1980) foi a preferência da ditadura militar pelo setor privado como forma de expandir a oferta de ensino superior. Durante o período, especialmente após a Reforma Universitária de 1968, o Estado adotou uma postura de incentivo à criação de instituições privadas, estabelecendo uma forte predominância das universidades particulares, elemento que até hoje caracteriza a oferta de vagas no país. O Censo de Ensino Superior de 2023 contabilizou um total de 2.580 instituições de ensino superior. Destas, 88% (2.264) pertenciam à rede privada, enquanto 12% (316) integravam a rede pública. Nesse cenário, as instituições privadas foram responsáveis por 96% (23.681.916) das mais de 24,6 milhões de vagas disponibilizadas. Em contrapartida, a rede pública contribuiu

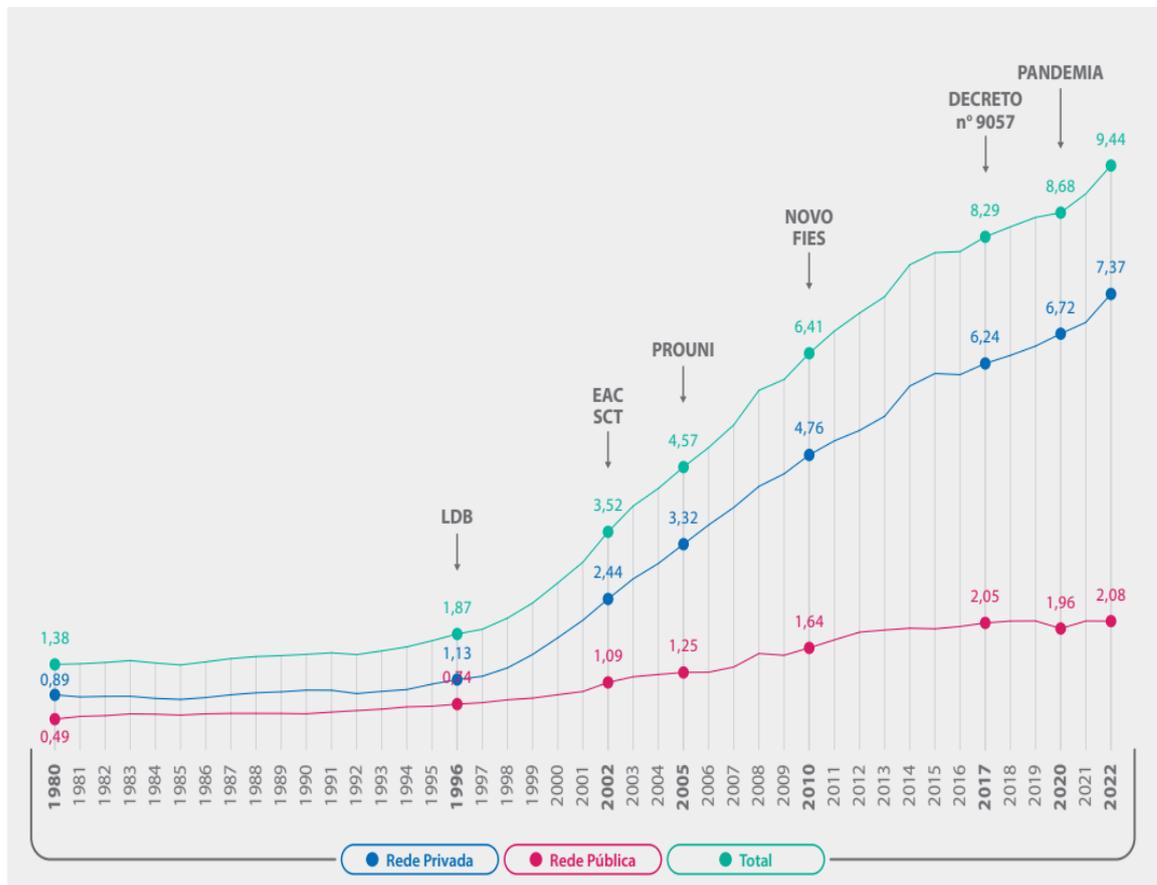
com 4% (1.005.214) das vagas, das quais 65,5% (658.273) estavam alocadas em instituições federais.

Entre 1960 e 1970, o número de matrículas no ensino superior aumentou de aproximadamente de 93 mil para 425 mil. A expansão do ensino nesse período focou, principalmente, em cursos tradicionais como Direito, Engenharia e Medicina, considerados estratégicos para o desenvolvimento econômico. Esse primeiro ciclo de expansão, portanto, apresentou uma série de limitações estruturais: a preferência pelo setor privado, a manutenção de um sistema excludente e a ausência de políticas de inclusão social. A LDB e a Reforma Universitária foram fundamentais para impulsionar o aumento de vagas, mas não eliminaram as barreiras de acesso para a maioria da população, resultando em um sistema que se expandiu quantitativamente, mas sem alcançar uma democratização real do ensino superior.

Um ciclo de expansão é reconhecido por agregar dois elementos: o sistema deve crescer em tamanho (total de matrículas nas universidades) e na capacidade de estabelecer um caráter cada vez mais plural do perfil discente (representatividade dos grupos ingressantes), revelando um compromisso do país com a massificação do sistema. Como critério técnico, os indicadores utilizados para tratar de democratização são principalmente: número de matrículas (medida de estoque) e taxa líquida ajustada de escolarização (medida de fluxo).

O contexto de mudanças das décadas de 1960 e 1970 também incluíram o início dos vestibulares classificatórios, a articulação do tripé universitário (ensino, pesquisa e extensão), a organização universitária por departamentos, a implementação do sistema de créditos e a abolição das cátedras vitalícias. Foi um período de grande ampliação da população com ensino superior, grupo que saltou para 1.4 milhão de estudantes no final da década de 1980.

**GRÁFICO 2 - Evolução do Número de Matrículas no Ensino Superior Brasileiro
1980 - 2022 (em milhões)**



Fonte: Mapa do Ensino Superior (2022). Disponível < <https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2022/07/mapa-do-ensino-superior-2022-06-30.pdf> > Acesso em 16 nov 2024.

Matrículas totais no histórico:

1980: 1,3 milhão

1996: 1,8 milhão

2002: 3,5 milhões

2005: 4,5 milhões

2010: 6,4 milhões

2015: 8,6 milhões

2023: 9,9 milhões

Até 1960 o ensino superior era caracterizado pela oferta pública e confessional, a partir de 1968 ocorreu uma hegemonização das instituições privadas empresariais. No término desse primeiro momento de expansão (1980) o país contava com uma taxa líquida de escolarização de 6% de jovens entre 18 e 24 anos de idade, na sua grande maioria pertencentes às famílias

do quinto de maior renda familiar, majoritariamente brancos, 80% dos estudantes universitários do período.

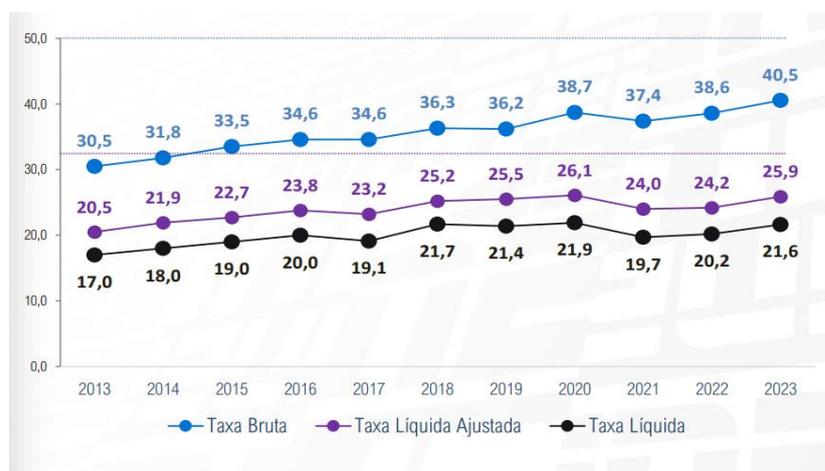
A taxa de escolarização do ensino superior refere-se à proporção da população que está matriculada em instituições de ensino superior. Esse indicador pode ser estruturado de três formas: taxa bruta, taxa líquida e taxa líquida ajustada.

Taxa Bruta de Escolarização: Consiste na relação entre o total de matrículas no ensino superior e a população com idade típica (18 a 24 anos).

Taxa Líquida de Escolarização: Apresenta a relação entre o número de matrículas de pessoas com idade típica para o ensino superior e a população total dessa faixa etária.

Taxa Líquida Ajustada de Escolarização: Cálculo do total de matrículas da população na faixa etária típica, somado àqueles que já concluíram o ensino superior, dividido pela população total de 18 a 24 anos. Esse indicador ganhou destaque pelo maior grau de precisão ao representar o cenário de acesso às universidades, termo que a pesquisa utilizará no momento de comparar períodos histórico.

GRÁFICO 3 - TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO BRUTA, LÍQUIDA E LÍQUIDA AJUSTADA - BRASIL 2013 - 2023.



Fonte: Censo do Ensino Superior. INEP, 2023. Disponível <

https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2023/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2023.pdf> Acesso em 16 nov 2024.

Histórico da proporção de jovens de 18-24 anos que frequentam ou concluíram uma graduação:

1995: 6,8%

2005: 13,2%

2015: 22,7%

2023: 25,9 %

O **segundo ciclo de expansão** do ensino superior brasileiro se torna evidente a partir da década de 1990, marcando a transição do sistema de um modelo "de elite" para um sistema "de massas" (Gomes; Moraes, 2012; Brunner, 2014). Utilizando como referência a classificação de Martin Trow (1973), que identifica uma taxa líquida de escolarização superior acima de 15% como indicativo de massificação, esse ciclo foi caracterizado pela implementação de políticas inclusivas e pela diversificação do corpo discente, visando ampliar progressivamente o acesso e garantir a permanência dos estudantes. Essas transformações permitiram que o Brasil, em 2017, estivesse situado na conjuntura de um sistema massificado. Reconhecimento também alcançado como o Estado manifesta o compromisso com a contínua ampliação do número de vagas.

Este estudo contextualiza a segunda fase de expansão do ensino superior brasileiro, um período marcado por transformações estruturais que integraram iniciativas como o ENEM, as políticas de cotas, o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético, esses elementos serão analisados à luz das condições materiais que os engendraram, ressaltando as contradições entre a expansão do acesso e a reprodução das desigualdades educacionais, em um contexto de crise econômica e política que redefiniu as dinâmicas do setor educacional.

No contexto de expansão do ensino superior, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) consolidou-se como um dos principais instrumentos de democratização do acesso às universidades brasileiras, especialmente por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU). Essa plataforma estratégica permite que os estudantes utilizem suas notas do exame para pleitear vagas em instituições públicas de ensino superior em todo o território nacional, promovendo uma disputa mais equitativa e abrangente, independentemente da localização geográfica.

Com a reformulação do ENEM em 2009, que o tornou mais acessível e menos conteudista, o exame deixou de ser apenas um mecanismo avaliativo para se transformar em uma política pública de inclusão educacional. Em 2024, a aplicação do ENEM cobriu 1.753 municípios e utilizou 10.766 locais de prova, evidenciando sua capilaridade e capacidade de alcançar regiões remotas do Brasil. O SISU, atualmente responsável pela disponibilização de mais de 260 mil vagas em 127 instituições públicas, é um marco na redução das barreiras logísticas e financeiras associadas aos tradicionais vestibulares regionais, como custos com deslocamentos, hospedagem e múltiplas inscrições. No entanto, embora o ENEM tenha modificado a dinâmica do acesso ao ensino superior, a lógica dos cursinhos preparatórios e da competição intensa pela aprovação permanece, ainda que adaptada às novas exigências do exame. Mesmo com uma avaliação que prioriza competências e habilidades em vez de uma abordagem estritamente conteudista, a alta competitividade e a desigualdade no acesso a uma preparação adequada mantêm desafios importantes para a equidade.

Dessa forma, o ENEM e o SISU desempenham um papel estratégico ao nacionalizar a disputa pelas vagas e ampliar as possibilidades de ingresso para estudantes de diferentes origens sociais e econômicas. Contudo, é necessário reconhecer que as dinâmicas históricas de exclusão e privilégio não foram completamente superadas, exigindo uma análise crítica contínua sobre como essas políticas podem ser aprimoradas para garantir uma democratização efetiva do acesso ao ensino superior.

Além disso, o Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado em 2004, foi outra importante política de inclusão educacional, oferecendo bolsas de estudo integrais e parciais para estudantes de baixa renda em instituições privadas. O programa permitiu que um número crescente de alunos oriundos de escolas públicas e de famílias de baixa renda tivessem acesso ao ensino superior, promovendo uma maior diversidade socioeconômica e racial nas universidades privadas. Para se qualificar ao PROUNI, os candidatos devem ter realizado o ENEM, além de atender a critérios socioeconômicos específicos, como renda familiar per capita de até 1,5 salário mínimo para bolsas integrais e até 3 salários mínimos para bolsas parciais. Em contrapartida, as instituições privadas participantes recebem incentivos fiscais. O PROUNI atingiu um recorde histórico ao conceder 400 mil bolsas integrais e parciais por ano, consolidando-se como uma das principais políticas públicas de acesso ao ensino superior no Brasil. O PROUNI chegou a ser responsável por $\frac{1}{4}$ dos estudantes presenciais em instituições privadas.

O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) ilustra com clareza as contradições do processo de democratização do ensino superior brasileiro sob a ótica do materialismo histórico-dialético. Como política pública, o FIES representou um esforço significativo para ampliar o acesso ao ensino superior, particularmente no setor privado, que historicamente concentra a maior oferta de vagas. O programa também reproduziu conflitos inerentes a um sistema educacional profundamente marcado pela desigualdade e pela lógica de mercado. Sob o materialismo histórico-dialético, as políticas públicas não podem ser compreendidas de forma isolada, elas refletem as condições materiais de sua época e os interesses contraditórios que permeiam a sociedade, especialmente quando é feita a opção de deslocar recursos públicos para o fortalecimento da oferta privada de ensino.

No caso do FIES, sua expansão inicial durante os anos 2000 evidenciou o papel do Estado em mediar as relações entre os setores público e privado. Ao mesmo tempo que promoveu a inclusão educacional de estudantes de baixa renda, o programa fortaleceu o caráter privatista do ensino superior, também canalizando recursos públicos para sustentar a demanda nas instituições privadas. Essa contradição reflete o tensionamento entre a educação como direito social e a educação como mercadoria, característica do capitalismo contemporâneo.

Outro aspecto importante é a inadimplência elevada⁵, que emergiu como uma das consequências do crescimento acelerado do programa. O alto índice de inadimplência entre os beneficiários evidencia que enquanto o programa buscava facilitar o acesso à educação superior, ele também sobrecarrega financeiramente os estudantes e suas famílias, em um contexto de crises econômicas que limitam as perspectivas de empregabilidade e renda após a graduação. Essa dinâmica ressalta a precarização das condições materiais que sustentam o direito à educação, tornando visível como a expansão do FIES estava inserida em um cenário de profunda desigualdade social.

A crise econômica e política que se intensificou a partir de 2015 adicionou outra camada de complexidade ao programa. Com a retração fiscal e os cortes orçamentários⁶, o governo federal revisou as regras do FIES, reduzindo significativamente o número de contratos disponíveis e impondo critérios mais rigorosos de seleção. Essas mudanças limitaram a capacidade do programa de continuar expandindo o acesso ao ensino superior, aprofundando

⁵ Debatedores e deputados alertam para inadimplência alta no Fies Fonte: Agência Câmara de Notícias: <https://www.camara.leg.br/noticias/1066935-debatedores-e-deputados-alertam-para-inadimplencia-alta-no-fies>. Acesso em 16 nov 2024.

⁶ Crise e corte do Fies: <https://agenciabrasil.etc.com.br/educacao/noticia/2016-07/inadimplencia-de-alunos-do-ensino-superior-atingiu-88-em-2015>. Acesso em 16 nov 2024.

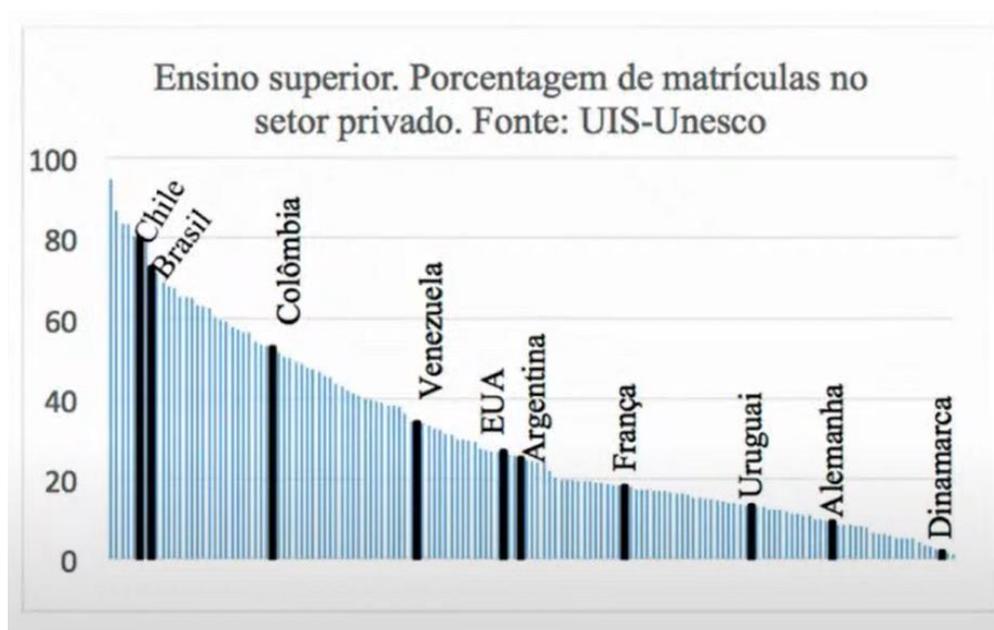
as barreiras para os estudantes de baixa renda e evidenciando a fragilidade de políticas públicas que dependem de financiamento sustentável.

Sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético, o FIES pode ser analisado como uma política pública que simultaneamente promoveu inclusão e exclusão. Ele ampliou o acesso ao ensino superior ao mesmo tempo que reforçou a lógica privatista do sistema e expôs a vulnerabilidade das populações mais pobres diante de crises econômicas e políticas. Essas contradições apontam para a necessidade de repensar o modelo de financiamento e a estrutura do ensino superior no Brasil.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), lançado em 2007, marcou um ponto de inflexão na história do ensino superior público brasileiro. Essa política pública pode ser interpretada como um movimento estratégico de fortalecimento do papel estatal na oferta de educação superior, desafiando a histórica predominância do setor privado e promovendo uma transformação sem precedentes no sistema educacional. O REUNI teve como objetivos principais a ampliação das vagas nas universidades federais e a promoção da interiorização dessas instituições, visando democratizar o acesso e reduzir as desigualdades regionais.

Por meio do REUNI, foram criados novos campi em cidades do interior, o que descentralizou a oferta de ensino superior e possibilitou o ingresso de estudantes de regiões marginalizadas no acesso à educação pública. Além disso, o incentivo à oferta de cursos noturnos viabilizou que estudantes trabalhadores, tradicionalmente excluídos das universidades, tivessem a oportunidade de ingressar no ensino superior público. Entre 2007 e 2012, o programa impulsionou um aumento significativo no número de matrículas nas universidades federais, representando um dos maiores ciclos de expansão estatal da história do ensino superior no Brasil. Em 10 anos, foram abertos 100 campi e 14 novas universidades, as matrículas saltaram de 643 mil para 1,2 milhão.

GRÁFICO 4 - PORCENTAGEM DE MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR DO SETOR PRIVADO.



Fonte: Panorama da educação INEP. 2022. Disponível <
https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/panorama_da_educacao_2022.pdf> Acesso em 16 nov 2024

O texto destaca que, na América do Sul, o Brasil está em segundo lugar na participação do setor privado na educação superior, ficando atrás apenas do Chile. Em comparação com países desenvolvidos, a proporção brasileira é superada por nações como Reino Unido, Luxemburgo e Israel, onde mais de 80% das matrículas estão no setor privado. Contudo, a maioria dos países desenvolvidos registra menos de 20% das matrículas no setor privado. O REUNI buscou expandir o acesso ao ensino superior público, enfrentando essa dependência do setor privado no Brasil. Por meio de investimentos em infraestrutura, ampliação de vagas e interiorização das instituições, o REUNI trabalhou para reequilibrar a oferta educacional, tornando as universidades públicas mais acessíveis

Entretanto, o REUNI não esteve isento de críticas. Apesar do crescimento expressivo na oferta de vagas e na infraestrutura universitária, a política não foi acompanhada por investimentos proporcionais em políticas de assistência estudantil. Isso gerou dificuldades para estudantes de baixa renda, que enfrentam desafios para arcar com custos de transporte, alimentação, moradia e materiais acadêmicos.

A expansão sem a devida consolidação de políticas de permanência expôs contradições no modelo implementado, uma vez que o acesso foi ampliado, mas a permanência estudantil não recebeu o mesmo grau de atenção e financiamento. Para a análise materialista, essas contradições refletem a dinâmica entre a ampliação do acesso ao ensino superior e as condições concretas da população trabalhadora, que continuou enfrentando barreiras estruturais para concluir seus estudos. Assim, embora o REUNI tenha representado um marco na democratização do ensino superior, ele também evidenciou a necessidade de políticas complementares que assegurem não apenas o acesso, mas a efetiva permanência e conclusão dos cursos por parte dos estudantes mais vulneráveis.

A entrada de “novos incluídos” no sistema pode ser compensada por um rearranjo da desigualdade de acesso que, por sua vez, recria hierarquias de titulação e aloca jovens de diferentes origens sociais em posições desiguais dentro do sistema, reproduzindo mecanismos de distinção social sob o signo da estratificação horizontal. (Senkevics, 2022)

A política de cotas e ações afirmativas, regulamentada pela Lei 12.711/2012 (Lei de Cotas), estabeleceu a reserva de 50% das vagas em instituições federais de ensino superior para estudantes que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas. Dentro desse percentual, as vagas são subdivididas de acordo com critérios raciais e étnicos, correspondendo às proporções da população de negros, pardos e indígenas no estado onde a universidade está localizada, conforme o censo do IBGE. Além disso, parte dessas vagas é destinada a estudantes com renda familiar per capita de até 1 salário mínimo, garantindo que a política beneficie os mais vulneráveis economicamente. Esse movimento marcou uma mudança significativa no perfil socioeconômico e racial dos estudantes universitários, promovendo a inclusão de grupos historicamente marginalizados.

O caráter historicamente elitista das universidades públicas foi transformado nos últimos anos, tornando essas instituições mais representativas da diversidade da população brasileira. Pesquisas recentes apontam que o perfil majoritário dos estudantes nas universidades públicas agora é composto por jovens oriundos da rede pública de ensino e, de forma crescente, por indivíduos que se autodeclaram negros ou pardos (PNAD Educação 2023).⁷ Essa mudança reflete o impacto direto das políticas de cotas e ações afirmativas, que

⁷ Estudo do IBGE e IPEA sobre perfil da população universitária: Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35893&Itemid=448 Acesso em 16 nov 2024.

não apenas ampliaram o acesso ao ensino superior para grupos historicamente marginalizados, mas também promoveram uma maior equidade racial e social no ambiente universitário.

A expansão do segundo ciclo, especialmente no contexto mais recente, também foi impulsionada pela Educação a Distância (EaD), que registrou um crescimento significativo, especialmente no setor privado. A EaD ampliou o acesso ao ensino superior, destaque para trabalhadores e moradores de regiões distantes dos centros urbanos, atendendo a uma demanda histórica por maior inclusão. No entanto, essa expansão ocorreu predominantemente no setor privado, configurando uma lógica de mercantilização da modalidade. Nesse contexto, o ensino superior, em vez de ser compreendido como um direito universal, é tratado como uma mercadoria acessível apenas mediante pagamento.

A predominância dessa modalidade em cursos menos prestigiados e com menor impacto social reflete a estratificação horizontal do ensino superior. Enquanto as classes mais favorecidas continuam a ocupar cursos presenciais e tradicionais (como Medicina e Direito) nas universidades públicas, as camadas populares são direcionadas para cursos EaD, geralmente em instituições privadas, reforçando a reprodução das desigualdades sociais.

Estratificação Vertical: Diz respeito à desigualdade na progressão entre os níveis de ensino (educação básica e superior).

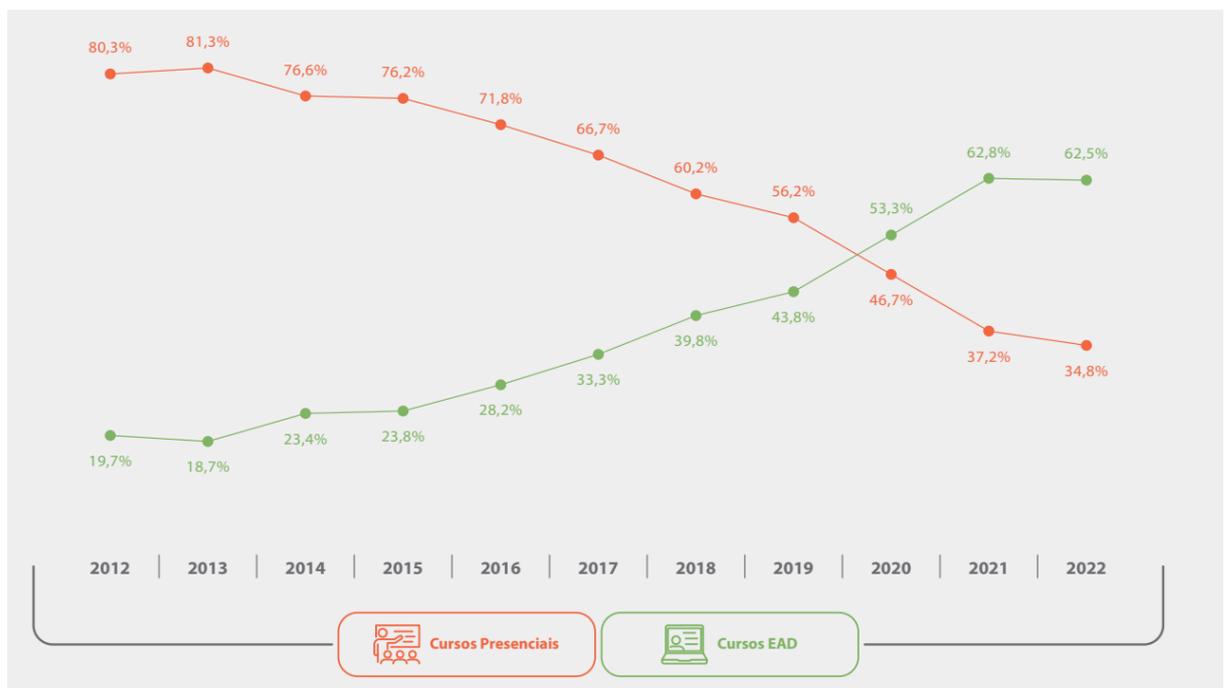
Estratificação Horizontal: Diz respeito à desigualdade interna no sistema, estruturando quem ocupa quais instituições e cursos dentro do ensino superior.

ILUSTRAÇÃO 1 - REPRESENTAÇÃO DA DESIGUALDADE VERTICAL E HORIZONTAL



Nos últimos anos, o debate sobre o ensino superior foi guiado pela Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), que estabelece o compromisso de elevar a taxa líquida de escolarização para 33% da população de 18 a 24 anos e assegurar que pelo menos 40% das novas matrículas sejam no setor público. Esse objetivo reflete a busca por um equilíbrio entre o crescimento do setor privado e a expansão da oferta pública. No entanto, o setor privado continua sendo o principal responsável pelo crescimento das matrículas, especialmente no atual cenário de forte crescimento da modalidade EaD, essa contradição reflete a subordinação das políticas públicas aos interesses de mercado. O crescimento do setor privado é contínuo e enfrenta pouca regulamentação, enquanto o setor público enfrenta limitações orçamentárias e estruturais que restringem sua capacidade de expansão. A análise do ensino superior brasileiro não pode ser dissociada das condições econômicas e das relações de produção. A incapacidade do Estado em priorizar investimentos em educação pública é acompanhada de benefícios destacados para o setor privado com isenções e incentivos financeiros.

GRÁFICO 5 - DISTRIBUIÇÃO DE INGRESSANTES POR MODALIDADE



Fonte: Instituto Semesp 2023 | Base: INEP.

Disponível em < <https://www.semesp.org.br/mapa/educacao-14/> > Acesso em 16 nov 2024.

A análise crítica do gráfico sobre a evolução das matrículas em cursos de graduação presenciais e a distância (EaD) à luz do materialismo histórico-dialético permite ir além de uma leitura simplista que estigmatiza o EaD como uma modalidade inferior. Essa abordagem revela as contradições estruturais e a desigualdade educacional que caracterizam o ensino superior no Brasil. O gráfico mostra um crescimento exponencial das matrículas na modalidade EaD a partir de 2017, enquanto as matrículas presenciais registram uma queda significativa no mesmo período. Esse fenômeno, na perspectiva histórico-dialética, é fruto de um contexto de políticas públicas e econômicas que transformam o ensino superior em um bem de consumo.

O Estado, ao não investir suficientemente na ampliação da rede pública e presencial, cria condições para a predominância do setor privado e do EaD, que se adapta às demandas do mercado e ao contingenciamento de recursos para a educação pública. A expansão do EaD reflete um processo de “democratização precarizada” da educação superior. Embora aumente o acesso, especialmente para as camadas populares e para aqueles que não têm condições de se deslocar para os grandes centros, essa modalidade é marcada pela desigualdade horizontal e vertical. A desigualdade horizontal refere-se ao fato de que o acesso é facilitado, mas a qualidade e o prestígio dos cursos variam consideravelmente entre a educação presencial e a EaD. Em muitos casos, o EaD é menos valorizado no mercado de trabalho e oferece condições de ensino que não garantem a mesma experiência e suporte da modalidade presencial.

Portanto, o crescimento do EaD, longe de representar uma democratização real, expõe uma contradição entre o direito ao acesso ao ensino superior e a mercantilização da educação. O Estado delega ao setor privado o papel de expandir o ensino superior, para que a expansão do ensino superior seja realmente democratizante, é necessário um compromisso público que não se restrinja ao aumento de vagas, mas que assegure a qualidade e a equivalência das formações, independentemente da modalidade.

INTERSECCIONALIDADE

Há mais de três décadas, Kimberlé Crenshaw introduziu o conceito de interseccionalidade no artigo "Desmarginalizando a Interseção de Raça e Sexo", respondendo à insuficiência tanto do feminismo branco quanto do movimento antirracista em atender às demandas específicas das mulheres negras. Esse conceito emergiu como uma ferramenta analítica essencial para compreender como diferentes formas de opressão—como racismo,

sexismo e desigualdade de classe—se sobrepõem e interagem, criando condições únicas de exclusão. O feminismo branco, por exemplo, ignorava frequentemente as assimetrias que marcavam a vida das mulheres racializadas, enquanto o movimento antirracista focava nas demandas dos homens negros, desconsiderando as questões de gênero que permeavam a experiência das mulheres negras, muitas vezes invisibilizadas ou tratadas de forma infantilizada.

Carla Akotirene, uma das principais intelectuais brasileiras a popularizar o conceito no país, explica que a interseccionalidade é uma lente teórico-metodológica que revela como o racismo, o capitalismo e o cisheteropatriarcado são inseparáveis, criando avenidas identitárias em que as mulheres negras enfrentam sobreposições de opressões. Akotirene afirma que:

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (AKOTIRENE, 2020)

Patricia Hill Collins, outra figura central no debate, contribui para consolidar o conceito, descrevendo a interseccionalidade como um sistema de opressões interligadas. A metáfora das avenidas de Crenshaw, que simbolizam os cruzamentos entre diferentes eixos de poder, ilustra como essas interseções criam vulnerabilidades específicas para grupos em posição de múltipla desvantagem. Para Collins, a interseccionalidade é uma abordagem que transcende categorias isoladas e evidencia como forças de opressão, desigualdade e violência são mutuamente constitutivas.

No campo das Ciências Sociais, a interseccionalidade se destaca como uma ferramenta indispensável para a análise de políticas públicas. Ela permite um entendimento mais profundo e complexo das interações entre desigualdades econômicas, raciais, de gênero e territoriais. Como afirma Rogério Medeiros, essa abordagem enriquece as análises de políticas destinadas a combater desigualdades sociais, permitindo que múltiplas camadas de opressão sejam visibilizadas e enfrentadas. Isso é crucial na análise de políticas educacionais, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

A aplicação da interseccionalidade na análise do ENEM é essencial para compreender o declínio progressivo de inscrições nos últimos anos. Tal redução reflete uma interação complexa de desigualdades estruturais, evidenciando a necessidade de uma abordagem que

vá além de explicações simplistas ou isoladas. Jovens de baixa renda, mulheres negras e estudantes das periferias enfrentam barreiras interligadas que dificultam seu acesso ao ensino superior. Isso ocorre em um contexto onde o ENEM, inicialmente pensado como uma política pública de democratização, enfrenta desafios estruturais que restringem seu alcance.

Portanto, incorporar a perspectiva interseccional na análise de políticas públicas como o ENEM não é apenas desejável, mas indispensável para compreender e enfrentar os desafios atuais. O reconhecimento de que problemas sociais são formados por múltiplas camadas de opressão é essencial para a construção de soluções eficazes. Apenas ao desmembrar as causas e abordar as desigualdades sobrepostas será possível avançar em direção a uma verdadeira democratização do acesso à educação superior no Brasil, respeitando as especificidades de cada grupo afetado e construindo políticas mais inclusivas e equitativas.

ILUSTRAÇÃO 2 - QUEDA DE INSCRITOS POR RAÇA NO ENEM 2021

Redução foi maior no número de participantes indígenas, pretos e pardos.

Etnia	Queda total	Queda em % ▲
Indígenas	-20 752	-54,80%
Pretos	-409 471	-53,10%
Pardos	-1 407 425	-51,70%
Amarelos	-66 094	-51,40%
Brancos	-718 172	-35,80%

Fonte: Arte G1- Fonte: Semesp/ENEM

Disponível em < <https://g1.globo.com/educacao/enem/2021/noticia/2021/08/27/enem-2021-cai-negros-pardos-indigenas-inscritos.ghtml>>. Acesso em 12 de agosto de 2024.

Entre 2016 e 2021, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) enfrentou uma expressiva redução no número de inscritos e um aumento significativo nas taxas de abstenção. A análise da distribuição dessa queda por raça/cor, como evidenciado pelos dados acima, revela a importância de uma abordagem interseccional para compreender os impactos sociais e econômicos dessa retração. A tabela destaca que os grupos mais vulneráveis, do ponto de vista econômico e social, foram os mais afetados. As maiores reduções percentuais foram observadas entre indígenas (-54,8%), pretos (-53,1%) e pardos (-51,7%), seguidos pelos amarelos (-51,4%), enquanto os brancos apresentaram uma queda menor, de -35,8%. Essa

dinâmica reflete desigualdades estruturais no Brasil, onde os grupos mais impactados são também aqueles que enfrentam barreiras históricas e institucionais no acesso à educação, como menores níveis de renda, maior exposição à precariedade educacional e menor acesso a políticas públicas efetivas.

O ENEM 2021, que registrou uma das maiores taxas de abstenção e menor número de inscritos na série histórica, evidencia que a crise econômica, agravada pela pandemia de COVID-19, teve um impacto desproporcional sobre os estudantes economicamente vulneráveis. A ausência de políticas de permanência e estímulo à participação de grupos historicamente excluídos agravou as desigualdades, reduzindo ainda mais as possibilidades de ingresso no ensino superior para pretos, pardos e indígenas. A leitura interseccional dos dados não apenas demonstra que a queda nas inscrições do ENEM não ocorreu de maneira homogênea, mas também reforça a necessidade de políticas públicas que considerem as especificidades das desigualdades raciais e econômicas.

A falta de estratégias integradas para mitigar esses impactos amplia a exclusão educacional, comprometendo o papel do ENEM como instrumento de democratização do acesso à educação superior. O gráfico destaca também a necessidade de políticas públicas mais robustas e direcionadas, como ações afirmativas e programas de assistência estudantil, que contemplem não apenas o ingresso, mas a permanência desses grupos na educação básica, uma vez que a vulnerabilidade e evasão do grupo já impacta as trajetórias nesse níveis da educação. A perspectiva da interseccionalidade, aqui, é fundamental para compreender como raça, classe e território interagem e intensificam as desigualdades educacionais. Sem uma abordagem que reconheça essas camadas de opressão, o Brasil continuará reproduzindo um padrão de exclusão que dificulta a democratização do acesso ao ensino superior.

CAPÍTULO 2 - O ENEM E A DEMOCRATIZAÇÃO NO ACESSO

O Exame Nacional do Ensino Médio é aplicado desde o ano de 1998 aos egressos do Ensino Médio. Inicialmente, foi concebido como uma política pública para avaliar a qualidade da última etapa da Educação Básica no país. Naquele ano, aproximadamente 160 mil estudantes se inscreveram, sendo que apenas 9% desse total estavam vinculados às escolas públicas do país. Em 2009, o exame passou por mudanças significativas, como a redefinição de suas matrizes de referência, incorporando quatro áreas de conhecimento, sendo apresentado como o principal meio de acesso às universidades públicas no Brasil. Esse contexto impulsionou um aumento no interesse dos estudantes da Educação Básica pelo ensino superior até 2017, ano em que a tendência de expansão foi revertida progressivamente

O ENEM é a principal forma de acesso às universidades do país. Os estudantes que realizam a prova podem participar de uma seleção nacional para instituições públicas por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU), uma plataforma que anualmente atrai a participação de mais de 1 milhão de estudantes, disputando cerca de 260 mil vagas em 127 instituições de ensino superior. Além disso, o exame é utilizado como critério de seleção para o PROUNI e FIES. Atualmente, a rede privada de ensino superior também tem adotado o ENEM como método de seleção de seus alunos, assim como instituições estrangeiras. Em Portugal, por exemplo, mais de 50 universidades reconhecem o ENEM como uma forma de ingresso em suas instituições.

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é composto por 180 questões objetivas, distribuídas em quatro áreas de conhecimento: Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Linguagens e Matemática. A prova de Ciências Humanas abrange questões de História, Geografia, Filosofia e Sociologia, avaliando o entendimento dos candidatos sobre o desenvolvimento humano e as relações sociais, políticas e culturais. Em Ciências da Natureza, são abordadas disciplinas como Química, Física e Biologia, com foco em conceitos científicos, fenômenos naturais e suas aplicações no cotidiano. A área de Linguagens inclui conteúdos de Língua Portuguesa, Literatura, Língua Estrangeira (Inglês ou Espanhol), Artes, Educação Física e Tecnologias da Informação e Comunicação, avaliando a capacidade de interpretação e expressão dos candidatos. Por fim, a prova de Matemática é voltada para o domínio de conhecimentos matemáticos e habilidades de resolução de problemas. O exame é aplicado em dois domingos consecutivos, sendo que, no primeiro dia, além das questões objetivas, os estudantes também realizam uma redação dissertativa-argumentativa de até 30 linhas.

O ENEM celebrou 25 anos de sua criação em 2023, consolidando-se como uma iniciativa que, desde 2009, tem promovido a democratização do acesso às universidades públicas do país, desafiando o tradicionalismo dos vestibulares estaduais. Esses processos seletivos antigos eram caracterizados por uma abordagem enciclopédica e exigiam que estudantes de outros estados se deslocassem para realizar as provas, uma vez que eram aplicadas exclusivamente na região da universidade. Esse modelo, por si só, contribuía para a elitização do acesso ao ensino superior. O ENEM, ao contrário, introduziu uma competição nacional, com a aplicação da mesma prova em mais de 1.700 municípios, oferecendo maior autonomia aos estudantes para escolher entre as instituições em todo o território nacional. Com uma única prova, a seleção é realizada virtualmente por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU), facilitando o acesso e ampliando as oportunidades de ingresso em universidades públicas.

Nos últimos anos, muitos vestibulares regionais e programas seriados foram reduzidos, consolidando cada vez mais o ENEM como a principal forma de seleção. O ápice da busca pelo acesso às universidades públicas ocorreu em 2014, quando o exame registrou cerca de 8,7 milhões de inscritos, tornando-se a segunda maior prova do planeta, ficando atrás apenas do Gaokao, o principal vestibular da China, criado em 1952 para selecionar estudantes para as universidades do país asiático.

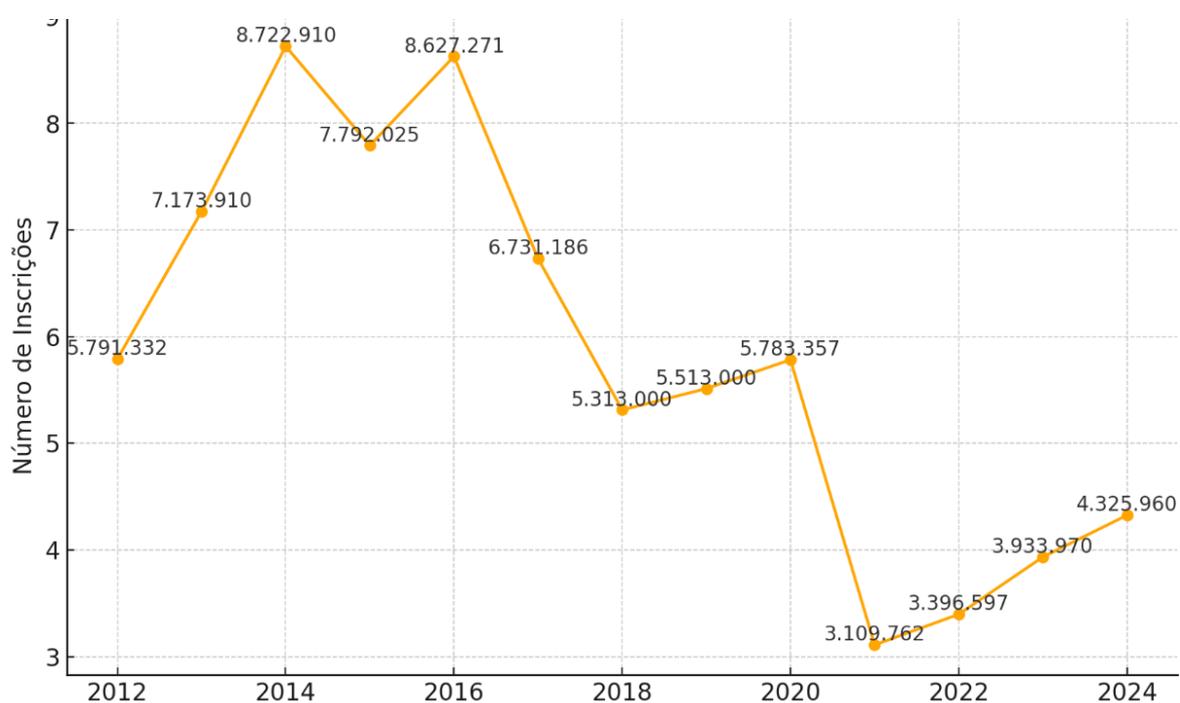
O cenário apontado até 2016 era otimista em relação à popularização das vagas do ensino superior. Até o final dos anos 1990, a presença de jovens entre 18 e 24 anos, pertencentes aos 40% mais pobres da sociedade, era praticamente inexistente. A partir de 2015, no entanto, esse grupo passou a representar cerca de 15% do perfil discente. Embora ainda sub-representados em comparação com seus pares de origem privilegiada, é inegável reconhecer uma mudança de grande magnitude em um período de aproximadamente vinte anos (SENKEVICS, 2021).

Os indicadores do Ministério da Educação revelam que, nas últimas três décadas, houve uma ampliação sem precedentes na história das matrículas no ensino superior. Nunca tivemos tantos jovens dentro das universidades, e paradoxalmente, isso ocorre em um contexto de declínio nas inscrições no exame que formará a próxima geração de universitários. Comparando o ano de 2016 com a edição do exame (2022), a redução de inscrições foi de 61%, o que representa 5,3 milhões de inscritos a menos. O ano de 2017 é o marcador de declínio da série histórica de inscrições, período caracterizado por mudanças de governo, convulsões políticas, alteração na política de isenção na prova, retirada da possibilidade de certificação do Ensino

Médio pelo exame, crise econômica e contexto de pandemia atrelada à experiência de ensino remoto.

A atual geração, imersa no contexto de crise política e econômica, vivencia um contexto de ruptura de suas expectativas no acesso ao ensino superior. Com a finalidade de aprofundar a compreensão desse fenômeno a partir do indicador engajamento nas inscrições do exame, a pesquisa sistematizou os principais marcos e motivações para a redução da participação, especialmente jovem, no Exame Nacional do Ensino Médio.

GRÁFICO 6 - EVOLUÇÃO DE PARTICIPANTES DO ENEM 1998 - 2023



Fonte: Elaboração própria, dados INEP.

1998 - O exame é criado como instrumento de avaliação do Ensino Médio.

2005 - O uso do ENEM para acessar o ProUni faz a procura disparar.

2009 - Novo ENEM, exame se transforma em vestibular nacional.

2014 - Recorde de inscrições no exame.

2015 - Maior aumento percentual na taxa de inscrição.

2016 - 2º maior número de inscritos.

2016 - Crise econômica e política. Destituição de Dilma Rousseff.

2017 - Fim da certificação do Ensino Médio pelo ENEM.

2017 - Início do modelo de aplicação do exame em dois domingos.

2018 - Eleição de Jair Bolsonaro.

2018 - Isenção a quem faltou no ano anterior é vetada.

2020 - Recorde de abstenção, cerca de 50% dos inscritos não realizaram a prova no contexto de pandemia.

2021 - Recuo de 44% com relação ao volume de inscritos no ano anterior, índice mais baixo dos últimos 16 anos.

2024 - Início da política de bonificação Pé de Meia.

Esta dissertação levanta uma série de perguntas, muitas das quais extrapolam o campo estrito da educação e do próprio ENEM, mas que são essenciais para compreender o cenário atual do ensino superior no Brasil. Por que o número de jovens que se candidatam a uma vaga nas universidades diminuiu nos últimos anos? Qual é o impacto de cada elemento identificado como característico do período de 2017 a 2021 nessa dinâmica? Embora a análise envolva fatores objetivos e indicadores concretos, a complexidade do fenômeno torna difícil apontar uma única causa. Esta pesquisa busca mapear as variáveis que ajudam a explicar esse processo de redução de inscritos, uma abordagem inédita em dissertações sobre o tema.

O objetivo principal desta dissertação é analisar a redução no número de inscrições e participantes do ENEM ao longo do período de 2016 a 2021, buscando compreender as causas e implicações desse fenômeno. A pesquisa se propõe a investigar os fatores estruturais, socioeconômicos e institucionais que contribuíram para essa queda, com destaque para os impactos sobre os grupos mais vulneráveis, como os autodeclarados pretos, pardos e indígenas. Essa análise é fundamentada em uma perspectiva interseccional, que permite observar como as desigualdades sociais, econômicas e raciais se entrelaçam, agravando o problema. Além disso, o trabalho explora as evidências de que essa diminuição pode representar o fim do segundo ciclo de expansão do ensino superior no Brasil, iniciado na primeira década dos anos 2000 com políticas como o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Essas iniciativas impulsionaram o acesso ao ensino superior, especialmente para estudantes de baixa renda, mas a queda nas inscrições no ENEM sugere que esse movimento pode estar se esgotando, exigindo novas estratégias para garantir a continuidade do processo de democratização.

Ao final, os dados das duas últimas edições do ENEM serão analisados para ponderar se, de fato, estamos assistindo ao encerramento desse ciclo de expansão. O intuito, mais do que

fornecer respostas definitivas, é contribuir para o levantamento de dados e o fomento de debates sobre o tema. Assim, a pesquisa busca aprofundar a compreensão dos desafios e possibilidades para a democratização do acesso à educação superior no Brasil, oferecendo subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas mais inclusivas e efetivas.

EVIDÊNCIA 1 - REDUÇÃO DOS CONCLUINTES DO ENSINO MÉDIO

Levantar a hipótese de que a redução nas inscrições no ENEM está diretamente relacionada à manutenção ou até à redução no número de concluintes do ensino médio no Brasil requer uma análise cuidadosa. Embora seja comum afirmar que uma parcela significativa dos inscritos no exame corresponde aos concluintes do ensino médio, essa tese sugere que mudanças demográficas e sociais teriam levado a uma diminuição no número de estudantes finalizando essa etapa da educação básica, o que, por consequência, explicaria parcialmente o declínio no número de inscritos.

No entanto, essa evidência precisa ser confrontada com os indicadores educacionais disponíveis para determinar se, de fato, a quantidade de concluintes do ensino médio sofreu variações significativas nesse período. Apenas com essa validação será possível confirmar se a redução no número de inscritos no ENEM pode ser considerada uma consequência natural desse fenômeno ou se outros fatores, como a precarização de políticas públicas de acesso à educação superior, mudanças no formato do exame ou a ampliação da modalidade de Educação a Distância (EaD), desempenham um papel mais relevante na explicação desse processo. Assim, a análise dos dados é indispensável para sustentar ou refutar essa linha de argumentação.

GRÁFICO 7 - EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - BRASIL 2019-2023



Fonte: Censo Escolar, 2022.

Disponível em < https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2022/apresentacao_coletiva.pdf>

Acesso em 16 nov 2024.

O gráfico apresentado ilustra a evolução do número de matrículas no ensino médio no Brasil entre 2018 e 2022, revelando uma relativa estabilidade no total de estudantes matriculados, que variam entre 7,4 e 7,8 milhões no período. A rede estadual concentra a maior parte das matrículas, enquanto as redes privada e federal possuem uma participação significativamente menor. Embora o gráfico indique uma estabilidade nas matrículas, essa constância não deve ser interpretada de forma isolada, especialmente quando analisada à luz da transição demográfica brasileira e das dinâmicas sociais que impactam o acesso e a permanência dos jovens na educação básica.

O Brasil atravessa um período de transição demográfica caracterizado pela redução das taxas de natalidade e pelo envelhecimento gradual da população. Apesar disso, o gráfico não evidencia uma redução expressiva no número de matrículas no ensino médio, o que pode ser reflexo de políticas públicas voltadas à ampliação da permanência escolar, como a obrigatoriedade do ensino médio e programas de combate à evasão escolar. Entretanto, quando se observa a queda significativa no número de inscritos no ENEM entre 2016 e 2021, é necessário ir além das interpretações demográficas. A redução nos inscritos está intrinsecamente conectada a fatores econômicos, sociais e institucionais que afetam de maneira desproporcional os grupos mais vulneráveis. A partir dessa perspectiva, torna-se indispensável

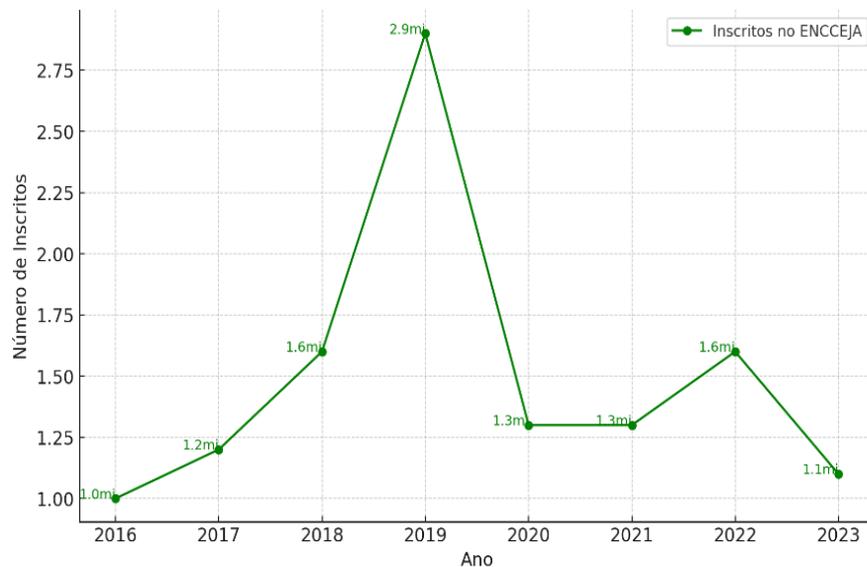
uma leitura interseccional para compreender plenamente os impactos desse fenômeno. A queda nos inscritos no ENEM não pode ser analisada sem considerar como desigualdades de classe, raça e gênero interagem e agravam os desafios enfrentados pelos estudantes. Jovens negros e pardos, historicamente mais vulneráveis socioeconomicamente, foram desproporcionalmente afetados pela crise econômica e pela pandemia de COVID-19, enfrentando dificuldades financeiras, falta de acesso à tecnologia e menores perspectivas de ingresso no ensino superior.

A leitura interseccional permite compreender como essas desigualdades se sobrepõem, evidenciando que a queda no número de inscritos no ENEM reflete não apenas a redução de matrículas ou fenômenos demográficos, mas também exclusões estruturais e sistêmicas. Dessa forma, o gráfico reforça a necessidade de considerar múltiplos fatores ao interpretar a redução nas inscrições no ENEM, indo além das questões populacionais. A estabilização das matrículas no ensino médio não explica, por si só, o fenômeno, que está enraizado em desigualdades sociais, econômicas e raciais.

EVIDÊNCIA 2 - FIM DA CERTIFICAÇÃO DO ENSINO MÉDIO PELO ENEM

O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) foi instituído em 2002 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) com o objetivo de oferecer uma segunda oportunidade de conclusão da Educação Básica a jovens e adultos que, por diversos motivos, não conseguiram completar o Ensino Fundamental ou o Ensino Médio na idade regular. O Encceja atende a uma demanda social histórica por inclusão educacional, proporcionando uma avaliação que certifica competências e habilidades adquiridas ao longo da vida, seja pela experiência profissional, pela educação formal incompleta ou por meio do aprendizado informal.

Entre 2009 e 2016, o ENEM foi utilizado como alternativa para a certificação do Ensino Médio, o que resultou na interrupção temporária do Encceja para essa finalidade. Durante esse período, muitos candidatos realizaram o ENEM com o objetivo de obter o certificado de conclusão, o que, por sua vez, elevou o número de inscrições no exame, superestimando a real demanda pelo ensino superior. Em 2017, a política foi revisada, e o Encceja foi reintroduzido como o único exame oficial para a certificação do Ensino Fundamental e Médio, enquanto o ENEM voltou a focar exclusivamente no acesso ao ensino superior. Essa mudança teve um impacto significativo nas inscrições do ENEM, que caíram de maneira expressiva, pois o público que visava apenas a certificação passou a ser direcionado ao Encceja.

GRÁFICO 8 - INSCRITOS NO ENCCEJA (2016 - 2023)

Fonte: Elaboração Própria, Dados Inep.

A retirada do ENEM como meio de certificação do Ensino Médio foi motivada por dois fatores principais: primeiro, a diferença entre a finalidade original do exame e o objetivo daqueles candidatos que o realizavam apenas para obter o diploma; segundo, a necessidade de um instrumento mais adequado para essa certificação, específico para avaliar estudantes fora da idade regular que buscam concluir o Ensino Médio.

O retorno do Encceja como exame de certificação foi fundamental para a redução das inscrições no ENEM, sendo possivelmente a variável isolada com o maior impacto nessa queda. Tradicionalmente, o Encceja atrai mais de 1 milhão de candidatos anualmente, reforçando seu papel de inclusão educacional. Contudo, essa mudança não explica, por si só, a queda de aproximadamente 5 milhões de inscritos no ENEM entre 2016 e 2021, indicando que outros fatores também contribuíram para essa redução significativa.

A reestruturação do ENEM para focar exclusivamente no acesso ao ensino superior não representa um problema social, mas sim uma adequação do exame ao seu objetivo pedagógico original, sem comprometer a democratização do acesso às universidades. O INEP, visando avaliar o impacto dessa mudança e a possibilidade de atender a uma demanda crescente por certificação, anunciou que realizará estudos para considerar a retomada do ENEM como uma

opção de certificação do Ensino Médio, ampliando as oportunidades para estudantes de diferentes perfis e realidades.

EVIDÊNCIA 3 - AUMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

A análise do impacto da taxa de inscrição na redução das inscrições do Enem, especialmente entre 2017 e 2021, exige uma abordagem que considere elementos estruturais e históricos sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético. Ao longo das edições, dois momentos de aumento significativo na taxa chamam atenção: em 2015, com um acréscimo de 45%, e em 2017, com 18%. Esses aumentos poderiam, à primeira vista, justificar parte do declínio nas inscrições. Contudo, ao contrastar esses dados com o histórico do exame, observa-se que os maiores números de inscritos foram registrados antes e durante esses aumentos, especialmente em 2014 e 2016, anos que antecedem o início da tendência de queda significativa.

A estabilização do valor em R\$85,00 a partir de 2018 fragiliza ainda mais o argumento de que o custo da taxa seja a principal variável explicativa, considerando que o período de maior redução nas inscrições ocorreu enquanto o valor permanecia inalterado. Além disso, o INEP ampliou os critérios de isenção em 2017, permitindo que mais de 50% dos inscritos atualmente não precisem arcar com o custo da inscrição. Esses dados indicam que, embora o encarecimento inicial da taxa possa ter impactado momentaneamente a acessibilidade, ele não se configura como o principal fator na manutenção do declínio das inscrições.

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO ENEM (2014 - 2023).

Ano	Taxa de Inscrição do ENEM (R\$)
2014	35
2015	63
2016	68
2017	82
2018	85
2019	85
2020	85
2021	85
2022	85
2023	85
2024	85

Fonte: Elaboração Própria, Dados Inep.

A tabela apresentada demonstra a evolução da taxa de inscrição do ENEM entre 2014 e 2024. Observa-se um aumento expressivo entre 2014 e 2017, quando o valor subiu de R\$ 35,00 para R\$ 82,00. A partir de 2018, a taxa se estabilizou em R\$ 85,00, permanecendo constante até 2024. Essa estabilidade no valor da taxa de inscrição, no entanto, não foi suficiente para conter a redução significativa no número de inscritos no exame entre 2017 e 2021. A análise indica que, embora o aumento inicial da taxa não tenha potencialmente contribuído para dificultar o acesso ao exame, especialmente para estudantes de baixa renda, o cenário mais amplo deve ser considerado. O período em questão foi marcado por crises econômicas, aumento da informalidade no mercado de trabalho e redução do emprego formal, que impactaram diretamente a capacidade financeira das famílias e a decisão de jovens em idade escolar de participar do ENEM.

O custo de oportunidade se torna uma variável crucial nessa análise. Para muitos jovens, principalmente aqueles em condições de vulnerabilidade econômica, a inscrição no ENEM deixou de ser uma prioridade, já que o custo financeiro da inscrição se somava a despesas com transporte, materiais de estudo e o tempo dedicado à preparação, em detrimento da necessidade de gerar renda para suas famílias. Além disso, a falta de políticas públicas robustas de incentivo à participação no exame agravou ainda mais a exclusão desses grupos. Vale o registro que em pleno período de crise econômica e pandemia o governo federal manteve regras que dificultavam o pedido de isenção (gratuidade) do exame para quem faltava um dos dias de

avaliação do anterior. Portanto, enquanto a estabilização da taxa a partir de 2018 indica uma tentativa de conter os custos para os estudantes, os impactos econômicos e sociais do período analisado mostram que a questão vai além do valor monetário da inscrição.

A perspectiva materialista reforça que a queda nas inscrições deve ser interpretada como resultado das contradições estruturais do sistema, em que fatores como precarização das condições de vida e ausência de perspectivas educacionais interagem para limitar o acesso ao ensino superior. Assim, a análise identifica uma forte pertinência nas proposições no modelo Pé-de-Meia, uma vez que tem perspectiva de intervir nas barreiras financeiras e nas desigualdades estruturais que limitam o papel de democratização no acesso à educação superior.

EVIDÊNCIA 4 - ORGANIZAÇÃO EM DOIS DOMINGOS DE PROVA

A partir de 2017, o ENEM adotou uma nova organização para a aplicação das provas, passando a ser realizado em dois domingos consecutivos, em contraste com o formato único de final de semana vigente desde 2009. Essa mudança foi anunciada pelo então Ministro da Educação, Mendonça Filho (União Brasil), como resposta às sugestões colhidas em consulta pública realizada pelo INEP em janeiro daquele ano, na qual 63% dos cerca de 600 mil participantes indicaram preferência por essa configuração. Além disso, a alteração atendeu a uma demanda histórica de estudantes que guardam os sábados por motivos religiosos, eliminando o "confinamento" de cinco horas ao qual eram submetidos, enquanto aguardavam o início das provas após o pôr do sol.

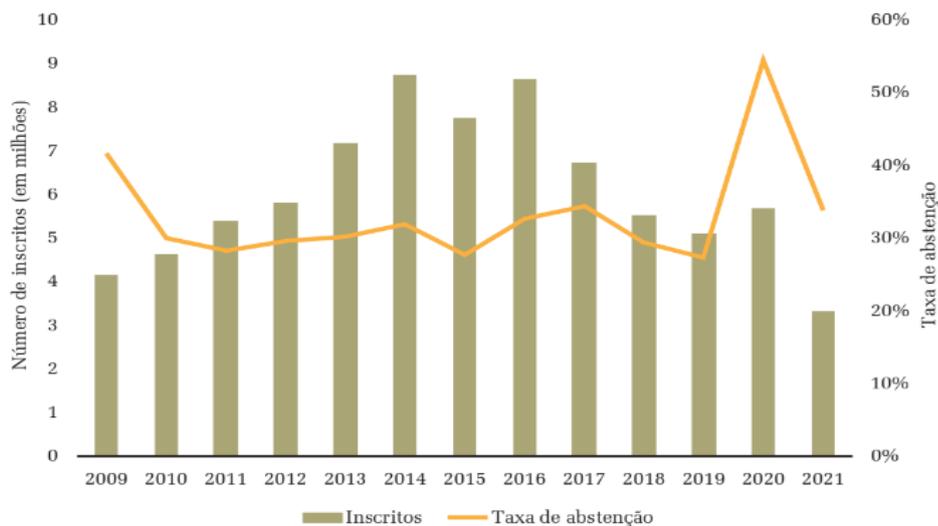
Diante dessa mudança, surge a necessidade de investigar seu impacto na participação dos candidatos, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Com a nova dinâmica, são exigidos dois domingos consecutivos, o que poderia impor barreiras adicionais para certos grupos, seja por compromissos pessoais, profissionais ou limitações de acesso. Essa hipótese, frequentemente citada como uma das explicações para a redução de inscritos no ENEM nos anos subsequentes, requer análise cuidadosa para não ser tratada de forma unilateral, mas como parte de um todo mais complexo.

A categoria de totalidade nos permite entender que os fenômenos sociais não podem ser explicados isoladamente, mas como resultado da inter-relação de múltiplos fatores dentro de um contexto histórico e econômico mais amplo. No caso da redução de inscritos no ENEM, a mudança para dois domingos consecutivos deve ser analisada não como causa única, mas como parte de uma rede de fatores que incluem a crise econômica, o aumento da informalidade no

mercado de trabalho, a redução de políticas de incentivo educacional e até mesmo a dinâmica social e cultural dos candidatos.

Os defensores da tese de que a nova estrutura do exame contribuiu para a redução no número de inscritos argumentam que o intervalo de uma semana entre os dias de prova pode aumentar as chances de abstenção. A desistência seria motivada, em parte, pelos resultados do primeiro dia, que poderiam desencorajar os estudantes, ou por questões práticas, como a dificuldade de reorganizar a rotina para outro final de semana. Em contrapartida, a análise histórica das taxas de abstenção após a implementação do novo formato não sustenta essa hipótese de forma direta.

GRÁFICO 9 - TAXA DE ABSTENÇÃO NO ENEM, POR ANO – BRASIL – 2009-2021



Fonte: SENKEVICS, Adriano (2022)

Disponível em <<https://cadernosdeestudos.inep.gov.br/ojs3/index.php/cadernos/article/view/5575/4201>> Acesso em 16 nov 2024.

A totalidade, enquanto categoria explicativa, nos orienta a considerar que a dinâmica histórica da redução de inscritos no ENEM não é produto de um único fator, mas da interação de múltiplas contradições que operam simultaneamente no campo social, político e econômico. Assim, uma possível investigação poderia incluir uma nova consulta pública por parte do INEP, avaliando como a nova organização impacta a participação e identificando estratégias para mitigar barreiras, reforçando o compromisso com a democratização do acesso ao exame e ao ensino superior. Em síntese, embora a mudança na dinâmica do ENEM para dois domingos

consecutivos possa ter gerado impactos específicos, é necessário situar esse fenômeno dentro de uma análise mais ampla, que inclua os determinantes históricos e estruturais. Somente por meio de uma abordagem totalizante é possível compreender as múltiplas dimensões que fundamentam a redução de inscrições no exame, permitindo não apenas o diagnóstico das limitações, mas também o fortalecimento das políticas de inclusão.

Após a implementação do novo formato em 2017, o gráfico não evidencia um aumento imediato e significativo na taxa de abstenção, que se manteve estável nos níveis observados nos anos anteriores. Tal estabilidade sugere que a mudança para dois domingos consecutivos não impactou de forma drástica a presença dos candidatos. No entanto, o cenário se altera abruptamente em 2020, quando a taxa de abstenção ultrapassou 50%, resultado diretamente associado à pandemia de COVID-19 e às suas restrições, e não à dinâmica dos dois domingos. Nos anos seguintes, especialmente em 2021, a abstenção voltou a níveis mais baixos, ainda que superiores aos observados no início da série histórica, reforçando a hipótese de que o formato da prova não é, isoladamente, o principal fator a influenciar essa variação.

Portanto, com base nos dados apresentados, a mudança para dois domingos consecutivos não se mostra como uma forte explicação para a redução do número de inscritos ou para o aumento da taxa de abstenção. Embora possa ter representado um desafio logístico adicional para determinados grupos, como estudantes em situação de vulnerabilidade, os resultados indicam que outros fatores, mais estruturais, desempenharam um papel preponderante nesse fenômeno.

EVIDÊNCIA 5 - NOVA REGRA DE ISENÇÃO

A isenção da taxa de inscrição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é uma medida que visa ampliar o acesso ao exame, especialmente para candidatos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Ao longo dos últimos dez anos, as regras para concessão dessa isenção passaram por diversas alterações, refletindo mudanças nas políticas educacionais e sociais do país. Critérios Gerais para Isenção:

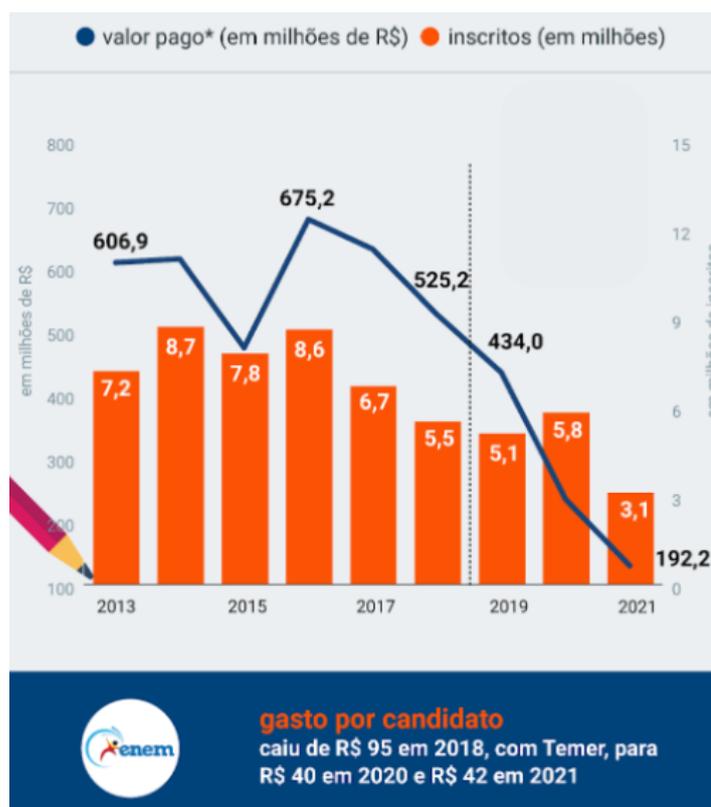
1. **Estudantes que estão cursando a última série do ensino médio** em escolas públicas: isenção automática.

2. **Participantes que cursaram todo o ensino médio em escola pública ou como bolsistas** integrais na rede privada: Desde que possuam renda familiar per capita igual ou inferior a um salário mínimo e meio.
3. **Inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais** do Governo Federal (CadÚnico): Candidatos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com inscrição no CadÚnico, têm direito à isenção.

A legislação brasileira⁸ fixou três perfis que são isentos de pagamento de taxas para inscrição em processos seletivos de ingresso nos cursos das instituições federais de todo país. Uma mudança que merece destaque é a postura do governo federal em relação à política de isenção a partir de 2018. Os estudantes isentos no ano corrente, caso faltem aos dois dias de prova, perdem o direito à isenção no ano seguinte, caso não apresente justificativa para as ausências. Requisito que impactou ainda mais o acesso às universidades no contexto de pandemia, uma vez que a abstenção foi recorde em 2021, cerca de 50% das inscrições. No ano seguinte todo esse contingente precisou justificar a ausência dentro das normas de editais, fato que contribuiu para o ano de 2021 registrar o menor número de inscrições dos últimos anos.

⁸ Lei nº 12.799, de 10 de abril de 2013: Dispõe sobre a isenção de pagamento de taxas para inscrição em processos seletivos de ingresso nos cursos das instituições federais de educação superior.

GRÁFICO 10 - NÚMERO DE INSCRITOS E GASTOS COM O ENEM (2013 - 2021).



Fonte: Poder 360. Disponível em <<https://www.poder360.com.br/brasil/inscritos-e-gastos-com-enem-despencam-sob-bolsonaro-e-pandemia/>>. Acesso em 16 nov 2024.

O gráfico apresenta a evolução dos custos totais do ENEM e o número de inscritos entre 2013 e 2021. É possível identificar uma relação entre a redução dos custos do exame e a queda no número de participantes, especialmente a partir de 2017. Essa correlação deve ser analisada considerando o contexto político e econômico do período, marcado por um discurso de austeridade, tanto na gestão Temer quanto na gestão Bolsonaro, que orientou cortes nos gastos públicos. De 2013 a 2016, observa-se uma relação de estabilidade entre os custos do ENEM e o número de inscritos. Nesse período, o exame manteve altos números de participantes (cerca de 8 a 9 milhões por ano) e os custos totais ficaram em torno de 600 a 700 milhões de reais. Contudo, a partir de 2017, inicia-se uma tendência de queda nos inscritos, acompanhada por uma redução nos custos totais do exame. O valor pago, que era de R\$ 675,2 milhões em 2016, cai para R\$ 525,2 milhões em 2018, chegando a R\$ 192,2 milhões em 2021, enquanto o número de inscritos despencava para 3,1 milhões.

Essa queda nos custos reflete o discurso de contenção de gastos públicos, muitas vezes em detrimento de políticas de inclusão educacional. Sob Temer, a redução dos custos por candidato foi significativa, caindo de R\$ 95 em 2018 para R\$ 40 em 2020. Sob Bolsonaro, o custo por candidato permaneceu baixo, em torno de R\$ 42 em 2021. Essa redução, embora

apresente ganhos de eficiência financeira, parece ter tido impacto direto na capacidade do exame de atingir amplos setores da população, particularmente os mais vulneráveis.

No período analisado, diversas políticas de incentivo à participação no ENEM foram reduzidas ou descontinuadas, como campanhas de divulgação e flexibilizações nas regras de isenção. Esses fatores, associados à crise econômica contribuíram para uma diminuição expressiva no número de inscritos. A redução dos custos totais do exame ocorreu em um contexto de desmonte de políticas públicas voltadas à democratização do acesso ao ensino superior, como o ProUni e o FIES, que funcionavam como estímulo para a inscrição no ENEM. Assim, o gráfico não apenas reflete uma correlação entre a redução de custos e a diminuição de inscritos, mas também evidencia como o discurso político pode impactar a execução de políticas educacionais de forma mais ampla. Embora a contenção de gastos seja apresentada como necessária para equilibrar as contas públicas, os dados sugerem que ela ocorreu às custas de um objetivo maior: a democratização do acesso ao ensino superior no Brasil.

EVIDÊNCIA 6 - PANDEMIA E ENSINO REMOTO

A pandemia de COVID-19 impôs grandes desafios ao sistema educacional brasileiro, com impactos particularmente profundos sobre os estudantes mais vulneráveis. A suspensão das aulas presenciais em 2020, adotada como medida para conter o avanço do vírus, resultou na paralisação de 90% das atividades escolares presenciais em todo o país. Nesse contexto, mais de 98% das escolas brasileiras passaram a adotar estratégias não presenciais de ensino. Apesar de sua implementação em caráter emergencial, essas estratégias revelaram e ampliaram desigualdades já existentes, contribuindo para a queda no número de inscritos no ENEM e o aprofundamento das desigualdades educacionais.

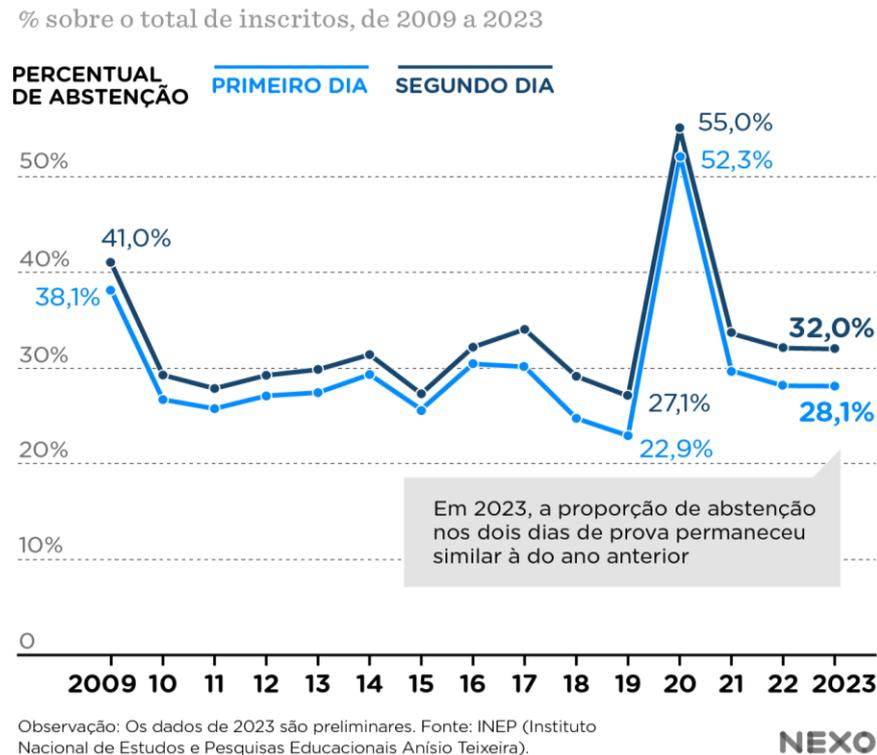
No ENEM de 2021, realizado durante uma das mais severas ondas da pandemia, os impactos desse cenário ficaram evidentes. O número de estudantes pretos, pardos, indígenas e amarelos inscritos caiu mais de 50%, refletindo como as desigualdades sociais e econômicas foram agravadas nesse período. Além disso, a PNAD/IBGE de 2019 já apontava um obstáculo significativo para a continuidade dos estudos entre as populações mais vulneráveis: 17% dos domicílios brasileiros não tinham acesso à internet, o que representava cerca de 28 milhões de moradores. Dentre os domicílios com acesso à internet, 95% contavam apenas com conexão por dispositivos móveis, insuficientes para atender às demandas do ensino remoto. Essa realidade intensificou os desafios educacionais das classes populares, contribuindo para

menores índices de aprendizagem e maior insegurança entre os alunos, especialmente aqueles que já apresentavam histórico de desempenho inferior no ENEM.

A aplicação do ENEM 2020 em fevereiro de 2021 ocorreu em um momento de profunda crise, com a média de mais de 53 mil novos casos diários de COVID-19 e mil mortes por dia. Essa conjuntura, somada às restrições impostas pela pandemia, resultou no menor número de inscritos da história do exame e na maior taxa de abstenção já registrada: 51%, o que equivale a 2,8 milhões de estudantes ausentes. Entre as principais consequências, destaca-se a impossibilidade desses estudantes solicitarem isenção da taxa de inscrição no ano seguinte, mesmo diante de um contexto tão excepcional. O resultado reflete escolhas políticas que priorizaram a austeridade e a contenção de gastos, agravando as desigualdades no acesso ao ensino superior.

A desigualdade no acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) foi outro elemento determinante na queda das inscrições. Dados da PNAD-C revelam que, na véspera da pandemia, apenas 34% dos jovens de 16 a 19 anos da rede pública tinham acesso a computadores conectados à internet em casa, o que limitou significativamente a preparação para o ENEM e ampliou o impacto da exclusão digital. A insegurança gerada pela falta de aprendizado adequado, associada às dificuldades de acesso, foi um fator crucial para a retração na participação de estudantes mais vulneráveis. Os dados de inscritos no ENEM 2021, quanto ao aspecto raça/cor, são especialmente reveladores do impacto da pandemia no aumento das desigualdades sociais. Assim, o ENEM 2021 não apenas reflete os efeitos diretos da pandemia, mas também expõe as consequências das desigualdades estruturais que moldam o acesso à educação no Brasil, reforçando a necessidade urgente de políticas públicas que enfrentem essas disparidades de forma ampla e integrada.

GRÁFICO 11 - TAXA DE ABSTENÇÃO EM CADA DIA DE PROVA ENEM (2009-2023).



Fonte: Nexo Jornal.

Disponível em <<https://www.nexojournal.com.br/grafico/2023/11/13/abstencao-do-enem-2023-fica-proxima-ao-percentual-de-2022>>. Acesso em 16 nov 2024

A análise das taxas de abstenção no ENEM, conforme ilustrado pelo gráfico, revela uma dinâmica significativa no comportamento dos inscritos ao longo dos anos. Entre 2009 e 2023, os percentuais de abstenção variam consideravelmente, destacando momentos de estabilidade e picos de ausência. De 2009 a 2019, observa-se uma tendência de relativa estabilidade nas taxas de abstenção, com flutuações em torno de 20% a 30% no primeiro dia de provas e valores ligeiramente mais altos no segundo dia. Essa estabilidade sugere uma regularidade na participação dos candidatos, embora com um percentual consistente de ausência que reflete desafios estruturais, como barreiras socioeconômicas e dificuldades logísticas enfrentadas por muitos inscritos.

No entanto, 2020 marca um salto abrupto nas taxas de abstenção, com um pico recorde de 55% no primeiro dia e 52,3% no segundo dia. Esse aumento significativo está diretamente relacionado ao contexto da pandemia de COVID-19, que impactou profundamente a realização do exame. Medos relacionados à saúde, dificuldades no acesso à educação durante o ensino remoto emergencial e a desmobilização de parte dos candidatos são fatores que contribuíram

para essa taxa alarmante. A partir de 2021, as taxas de abstenção apresentam uma queda em relação ao pico de 2020, mas permanecem em patamares superiores aos anos pré-pandemia. Em 2024, os índices de abstenção são de 26% no primeiro dia e 30% no segundo dia, sugerindo uma retomada dos níveis anteriores de participação.

A diferença nas taxas de abstenção entre os dois dias de prova é outro ponto relevante. Historicamente, o segundo dia registra percentuais mais altos, o que pode ser atribuído ao cansaço, à percepção de um desempenho insuficiente no primeiro dia ou até mesmo a dificuldades logísticas enfrentadas pelos candidatos. Esse panorama destaca a necessidade de um esforço conjunto para compreender os fatores que desmotivam os inscritos a comparecerem ao exame, especialmente entre os segmentos mais vulneráveis.

Políticas públicas que promovam acessibilidade, engajamento e valorização do ENEM como principal porta de entrada para o ensino superior público são fundamentais para reverter essa tendência. A análise das taxas de abstenção, portanto, não apenas quantifica apenas as ausências, mas também reflete a complexidade dos desafios enfrentados pelo sistema educacional e pelas políticas de democratização do acesso à educação superior no Brasil.

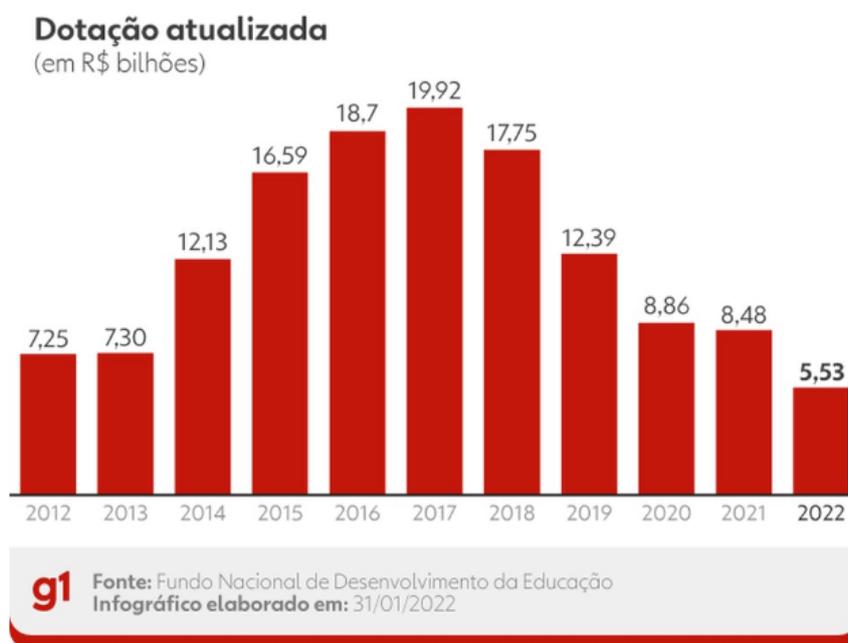
EVIDÊNCIA 7 - ENFRAQUECIMENTO DO FIES E PROUNI

O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (ProUni) foram pilares fundamentais do segundo ciclo de expansão do ensino superior no Brasil, iniciado na primeira década dos anos 2000. Enquanto o FIES viabilizou o acesso ao ensino superior privado por meio de financiamentos estudantis subsidiados, o ProUni democratizou o ingresso por meio de bolsas de estudo integrais e parciais para estudantes de baixa renda. Ambos os programas desempenharam um papel crucial na inclusão educacional de grupos historicamente excluídos, especialmente aqueles provenientes de escolas públicas e com renda familiar limitada.

No entanto, a partir de 2017, a redução significativa de recursos destinados a esses programas representou uma ruptura com a expansão. Essa retração ocorreu em um contexto de crise econômica e restrições orçamentárias, quando a prioridade política foi direcionada para a contenção de gastos públicos. A redução nas bolsas ofertadas pelo ProUni e nos financiamentos disponíveis pelo FIES limitou as possibilidades de acesso ao ensino superior privado, contribuindo para o declínio do número de inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio

(ENEM) e, conseqüentemente, para o enfraquecimento do projeto de democratização da educação superior no país.

GRÁFICO 12 - RECURSOS DO FIES - ORÇAMENTO PARA O PROGRAMA (2012-2022)



Fonte: Portal G1, a partir dos Dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Disponível em <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/02/03/diante-de-vagas-ociosas-fies-tera-orcamento-35percent-menor-para-2022.ghtml>>. Acesso em 16 nov 2024

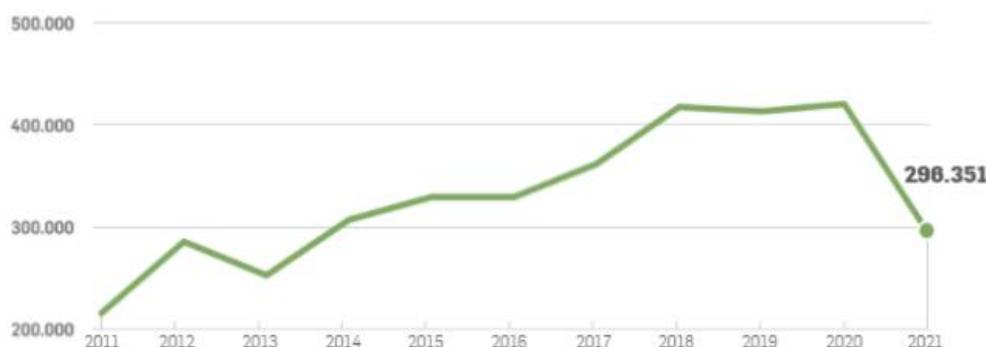
O gráfico apresentado demonstra a dotação orçamentária do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) entre 2012 e 2022. Observa-se um aumento contínuo nos recursos destinados ao programa até 2017, quando a dotação atinge seu pico, com R\$ 19,92 bilhões. A partir de 2018, inicia-se uma trajetória de redução acentuada, chegando a R\$ 5,53 bilhões em 2022. Essa retração coincide temporalmente com a queda no número de inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), especialmente no período de 2017 a 2021, o que sugere uma possível correlação entre esses dois fenômenos.

O FIES desempenhou historicamente um papel fundamental no acesso ao ensino superior privado para estudantes de baixa renda, sendo diretamente vinculado ao desempenho no ENEM como critério de seleção. A redução nos recursos do programa implicou uma queda no número de contratos de financiamento estudantil ofertados, restringindo o alcance do programa. Essa limitação provavelmente desestimulou candidatos de classes socioeconômicas mais vulneráveis a se inscreverem no ENEM, uma vez que a possibilidade de acesso ao ensino superior privado, com auxílio do financiamento, tornou-se menos viável.

A partir de 2018, com a implementação de novos critérios para concessão do FIES, como a exigência de renda familiar mais baixa e a criação de um modelo de financiamento mais restritivo, houve uma diminuição significativa na quantidade de contratos firmados. Essa mudança reforçou a exclusão de estudantes que dependiam desse apoio para cursar o ensino superior, impactando diretamente o público-alvo do ENEM.

Entre 2017 e 2021, quando os recursos para o FIES estavam em queda, o ENEM registrou uma diminuição acentuada no número de inscritos, saindo de mais de 6 milhões de participantes em 2016 para cerca de 3,1 milhões em 2021. Sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético, essa redução deve ser analisada como resultado das condições materiais e econômicas impostas pelas políticas de austeridade fiscal. O corte nos recursos do FIES reflete uma escolha política que priorizou a contenção de gastos em detrimento da ampliação de oportunidades educacionais, aprofundando desigualdades já existentes.

GRÁFICO 13 - NÚMERO DE BOLSAS PROUNI (2011-2021)



Fonte: Frente Parlamentar Mista de Educação. Disponível em <https://abmes.org.br/noticias/detalhe/4462/prouni-bolsas-diminuem-quase-1-3-em-um-ano-e-oferta-e-a-menor-desde-2013>. Acesso em 16 nov 2024

O gráfico evidencia a trajetória das bolsas integrais e parciais concedidas pelo Programa Universidade para Todos (ProUni) entre 2011 e 2021, com um crescimento constante nos primeiros anos que culmina no pico de mais de 400 mil bolsas em 2018. Contudo, a partir de 2019, observa-se uma retração significativa no número de bolsas oferecidas, atingindo, em 2021, o menor patamar desde 2012, com 296.351 bolsas concedidas. Essa redução está diretamente associada ao contexto de crise econômica e política enfrentado pelo Brasil no período, que impactou severamente os recursos destinados a políticas públicas educacionais. Sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético, essa queda nas bolsas do ProUni reflete as contradições estruturais de um sistema educacional que combina esforços de democratização com a lógica privatista. Enquanto o programa ampliou o acesso ao ensino superior ao mobilizar

recursos públicos para subsidiar instituições privadas, sua sustentabilidade foi fragilizada pela dependência de condições econômicas favoráveis.

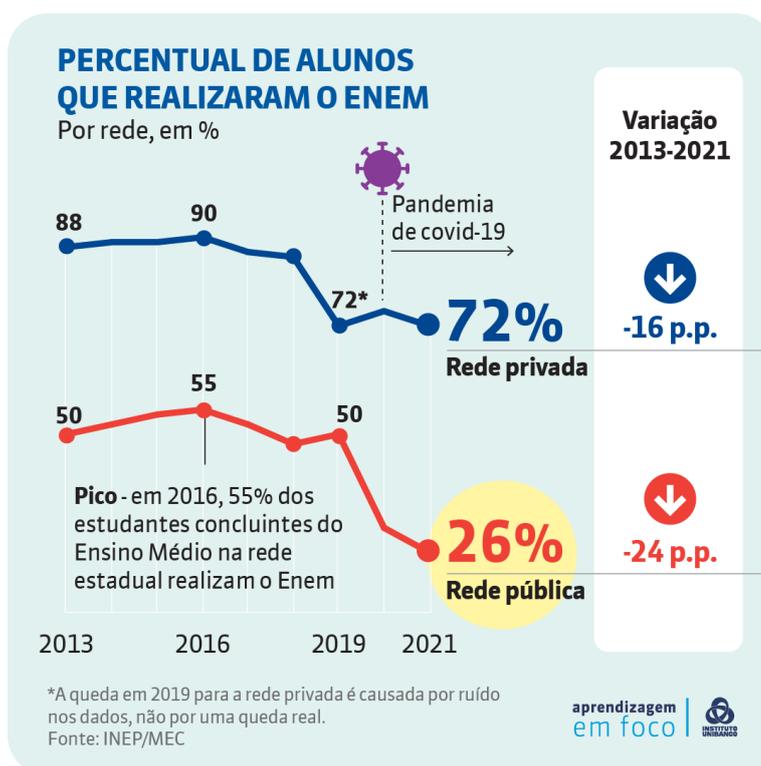
Essa redução no número de bolsas, associada à retração orçamentária e aos efeitos da pandemia de COVID-19, impactou diretamente a percepção de jovens de baixa renda sobre suas chances de ingresso no ensino superior. Como o ProUni depende das notas do ENEM para a seleção de seus beneficiários, o declínio nas bolsas pode ter contribuído para o desestímulo de potenciais candidatos a se inscreverem no exame. O período de 2017 a 2021, marcado pela menor adesão histórica ao ENEM, sugere uma correlação significativa entre a redução de oportunidades oferecidas pelo ProUni e a queda nas inscrições. Esse cenário evidencia a necessidade de repensar o modelo de financiamento e a gestão das políticas públicas voltadas à educação superior, de modo a garantir não apenas o acesso, mas a sustentabilidade e a expansão de programas inclusivos como o ProUni. A análise desses dados aponta para a urgência de políticas que integrem o fortalecimento do setor público e a revisão das dinâmicas de mercado que condicionam a educação como mercadoria, reafirmando o compromisso com a equidade e a democratização do ensino superior no Brasil.

Portanto, os gráficos evidenciam que a redução dos recursos do FIES e PROUNI estão correlacionadas à queda no número de inscritos no ENEM. A diminuição do financiamento público para o acesso ao ensino superior privado, em combinação com outros fatores estruturais, como a crise econômica, aumento do desemprego e retração do mercado de trabalho, contribuíram para o desestímulo de candidatos que dependiam do programa para realizarem o sonho da graduação.

CAPÍTULO 3 - É O FIM DO SEGUNDO CICLO DE EXPANSÃO?

O segundo ciclo de expansão do ensino superior no Brasil emerge no contexto de redemocratização, quando o Estado reafirma o compromisso com a ampliação progressiva do acesso ao ensino superior. Inicialmente, a expansão ocorreu com o fortalecimento da rede privada, seguida pela implementação de políticas que ampliaram a rede pública e a diversificação do perfil discente. Em 2018, a população negra se tornou maioria entre os estudantes universitários, e cerca de 70% têm renda de até 1,5 salários mínimos, segundo dados da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes⁹).

GRÁFICO 14 - PERCENTUAL DE ALUNOS QUE REALIZARAM O ENEM - POR REDE (2013 - 2021).



Fonte: Aprendizagem em Foco (Unibanco)

Disponível < <https://cdnportaliuprd.portalinstitutounibanco.org.br/storage/2023/06/PDF-boletim-89-enem-final-06jun.pdf>>. Acesso em 20 de outubro de 2024.

⁹ Maior parte dos estudantes de universidades federais é de baixa renda: Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-05/maior-parte-dos-estudantes-de-universidades-federais-e-de-baixa-renda>. Acesso em 16 nov 2024.

Apesar dessa expansão, o país enfrenta uma redução significativa nas inscrições para o ENEM, requisito para programas como FIES e PROUNI. Políticas públicas que também perderam espaço no contexto de crise econômica vivenciada pelo país, os recursos deslocados para o financiamento e para bolsas foram reduzidos nos últimos anos, assim como a inadimplência dos estudantes também pressionou a sustentabilidade financeira das iniciativas.

Este fenômeno acende questionamentos sobre o futuro da expansão do ensino superior, especialmente em um cenário onde o ENEM, embora fundamental, atrai cada vez menos estudantes recém-formados. Em 2024, das mais de 2 milhões de pessoas que concluíram o ensino médio, apenas 1,4 milhão se inscreveram, deixando cerca de 600 mil jovens fora da avaliação. Atualmente, um terço dos inscritos no ENEM são estudantes que ainda estão concluindo o ensino médio; a maioria das inscrições é feita por pessoas que já finalizaram essa etapa.

Nesse cenário, surge o programa Pé-de-Meia, uma política pública de incentivo financeiro-educacional voltada para estudantes do Ensino Médio da rede pública. Criado com o objetivo de reduzir a evasão escolar, o programa é regulamentado pela Lei nº 14.818/2024 e beneficia mais de 2,5 milhões de alunos. O programa oferece uma poupança de até R\$ 9.200 ao longo dos três anos, com depósitos mensais de R\$ 200, bônus anuais de R\$ 1.000 e um adicional de R\$ 200 para quem realiza o ENEM. As redes de ensino monitoram a frequência mínima de 80%, garantindo que os beneficiários cumpram os requisitos de participação. Em 2024, o MEC reforçou essa iniciativa com um bônus específico para o ENEM, buscando motivar a participação no exame e, potencialmente, reverter a tendência de queda nas inscrições.

O programa apresenta diversos aspectos positivos, como a combinação de pagamentos recorrentes e poupança, que não apenas incentiva a conclusão do Ensino Médio, mas também possibilita aos estudantes maior segurança financeira. O depósito direto dos valores aos beneficiários reforça a ideia de autonomia do estudante na elaboração da política pública. A vinculação dos pagamentos a condicionalidades, como frequência, promove maior compromisso dos estudantes com os estudos e reforça a relevância de uma trajetória escolar para a construção do seu projeto de vida.

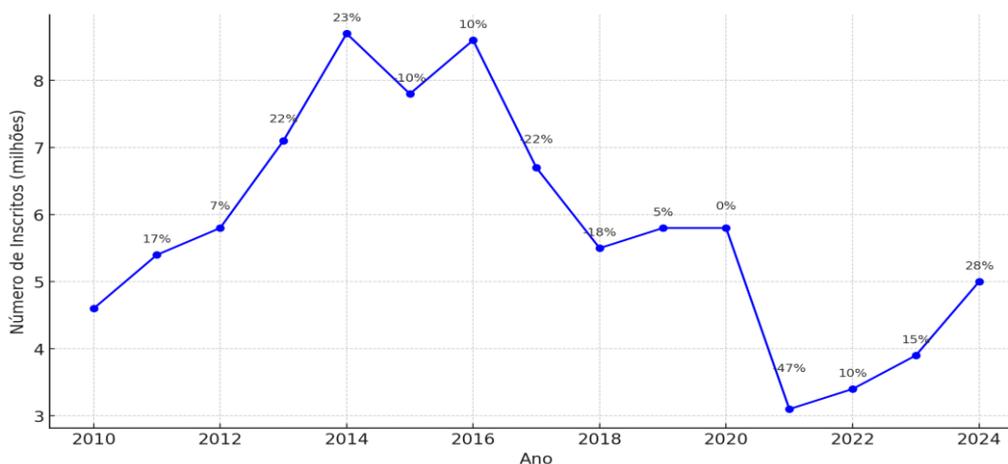
No entanto, o programa também enfrenta desafios que precisam ser superados para alcançar todo o seu potencial. A ausência de metas específicas dificulta a avaliação de seus resultados, como ocorreu neste ano de ENEM 2024, onde ocorreu um crescimento de 10% das inscrições, mas o impacto na abstenção entre os dias de prova foi muito pequeno. Além disso,

a integração entre os sistemas estaduais e federais de monitoramento é fundamental para garantir que os incentivos à frequência escolar sejam efetivos. Na rede público do Distrito Federal há uma demora muito grande no acesso dos professores ao sistema de lançamento de presença dos estudantes, fragilizando a veracidade dos dados inseridos na plataforma do governo federal. Embora promissor, o Programa Pé-de-Meia não deve ser encarado como uma solução isolada para os desafios do Ensino Médio no Brasil. Seu impacto depende de ajustes na implementação, articulação com outras políticas educacionais e definição de metas claras.

Esse contexto levanta a dúvida se este ciclo de expansão, pautado pela inclusão e acessibilidade, estaria próximo de seu fim. O Pé-de-Meia e incentivos semelhantes tentam mitigar os desafios que ameaçam a continuidade da educação para estudantes de baixa renda, sobretudo em áreas mais vulneráveis. Contudo, à medida que se observa uma queda no interesse pelo ENEM, questiona-se se esse novo cenário sinaliza o esgotamento de um ciclo de expansão que, por décadas, parecia robusto e inclusivo.

Os indicadores do ENEM a partir de 2022 revelam uma retomada nas inscrições, impulsionada pelo arrefecimento da pandemia, pela recuperação gradual da economia — ainda em crise, mas com maior estabilidade e geração de empregos — e pela nova postura do governo federal. A partir de 2023, o governo iniciou uma nova divulgação do exame, cessou os ataques às instituições federais, descredibilizadas nos anos anteriores, e investiu em uma política de transferência de renda para mitigar um dos principais motivos da evasão escolar, a questão econômica.

GRÁFICO 15 - VARIAÇÃO PERCENTUAL DOS INSCRITOS NO ENEM (2010-2024) - CRESCIMENTO/DECRESCIMENTO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR



Fonte: Elaboração própria.

experiência de ensino, totalmente desvinculada dos vestibulares do país. No entanto, essa adaptação enfrenta desafios, uma vez que um dos propósitos do Novo Ensino Médio é justamente desvincular a experiência de ensino e aprendizagem do acesso às universidades, além de conceder autonomia às unidades federativas e escolares na formulação dos seus itinerários. Essa heterogeneidade dos itinerários pode inviabilizar a criação de um exame único que avalie adequadamente todos os estudantes do país.

Formação Geral Básica (FGB) - é o conjunto de competências e habilidades previstas na BNCC que devem nortear os currículos das secretarias de educação, definindo o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais para fortalecer a formação integral dos estudantes. (INEP. 2023)

Itinerário Formativo - é o conjunto de disciplinas, projetos, oficinas, núcleos de estudo, entre outras unidades curriculares, que os estudantes poderão escolher durante o ensino médio para aprofundar os seus conhecimentos e se preparar para o prosseguimento de estudos ou para o mundo do trabalho (Resolução CNE/CEB nº 3/2018). Esses itinerários poderão ser ofertados no âmbito de uma área do conhecimento (Matemática e suas Tecnologias; Linguagens e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) e da Formação Técnica e Profissional (FTP), ou mesmo combinando duas ou mais áreas com a FTP. (INEP. 2023)

O INEP mobilizou professores e técnicos de todo o país para apresentar um novo formato para o ENEM, consolidando a adaptação do exame ao novo cenário educacional do Brasil, como já estabelecido pela Lei nº 13.415 (Lei do Novo Ensino Médio). Uma possível solução seria permitir que os estudantes escolham áreas de concentração dentro do exame, de acordo com seus itinerários formativos, ou a criação de provas específicas para cada área, a fim de respeitar as trajetórias de formação dos estudantes, um formato similar ao da Fundação Universitária para o Vestibular (FUVEST - USP) e ao vestibular tradicional da Universidade de Campinas (UNICAMP).

VAGAS OCIOSAS NO ENSINO SUPERIOR

O Brasil enfrenta um dilema peculiar em seu sistema de ensino superior. Embora o país ainda apresente um percentual baixo de pessoas com formação universitária em comparação com outros países, paradoxalmente, cerca de 25% das vagas disponíveis nas universidades públicas ficam ociosas. Essa realidade evidencia um problema que vai além da simples oferta de vagas, apontando para uma dificuldade de acesso e permanência que impede que muitos brasileiros completem o ensino superior.

A estagnação no número de matrículas nas universidades públicas nos últimos quatro anos, variando apenas entre 2,05 e 2,08 milhões de alunos, revela uma ineficiência na ocupação das vagas criadas. Segundo dados do Censo do Ensino Superior 2023, a taxa de ociosidade nas universidades públicas é significativa, com exceção de cursos como Medicina, que possui uma taxa de ocupação de 96,6%. Outros cursos, porém, apresentam números bem menores, como Licenciatura em Física, com uma ocupação de apenas 48,9%, e Química, com 54,1%. Esse fenômeno contrasta com a ideia de que o acesso ao ensino superior público é restrito apenas pela quantidade de vagas, sugerindo que existem fatores complexos dificultando o preenchimento dessas oportunidades.

Um dos fatores que contribuem para essa realidade é a disparidade entre as expectativas dos estudantes e o perfil das vagas disponíveis. Em cursos mais prestigiados e com maior retorno financeiro, como Medicina, Direito e Odontologia, as vagas são altamente disputadas e ocupadas quase na totalidade. Já cursos com menor atratividade econômica ou associados a carreiras com menos visibilidade social apresentam taxas de ocupação mais baixas. Essa desigualdade de preferência reflete uma hierarquia no valor atribuído a diferentes áreas de conhecimento, reforçada por questões socioeconômicas e culturais.

O aumento de 10% nas inscrições do ENEM 2024, conforme noticiado pela imprensa, inicialmente indicava uma possível recuperação do interesse pelo ensino superior. No entanto, ao analisar os dados mais a fundo, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) aponta que esse aumento foi impulsionado majoritariamente por “treineiros”, ou seja, estudantes com até 16 anos que realizam a prova como experiência. Esse grupo, que geralmente representa de 5% a 10% dos inscritos, subiu para 35% em 2024, em parte motivado pelo Programa Pé-de-Meia, que oferece um incentivo financeiro de R\$ 200,00 por mês aos estudantes inscritos no Cadastro Único (CadÚnico). Portanto, esse crescimento no

número de inscritos não necessariamente se traduz em uma maior procura por vagas no ensino superior nos próximos anos.

A ociosidade nas universidades públicas e a disparidade na ocupação dos cursos refletem um problema estrutural que vai além da simples criação de vagas. É necessário pensar em políticas públicas que abordem a permanência e o estímulo à formação em áreas estratégicas, como as licenciaturas, fundamentais para a formação de futuros professores, e cursos voltados à ciência e tecnologia, essenciais para o desenvolvimento do país. Além disso, questões como a acessibilidade ao local de estudo, suporte financeiro para estudantes de baixa renda e programas de orientação vocacional são fundamentais para garantir que as vagas disponíveis não fiquem vazias.

Portanto, embora o Brasil tenha dado passos importantes na expansão das vagas no ensino superior público, ainda enfrenta o desafio de transformar essa oferta em matrículas efetivas. Sem uma política de inclusão robusta que considere as realidades econômicas, sociais e culturais dos estudantes, o risco de continuar reproduzindo desigualdades e desperdiçando oportunidades de formação superior se mantém elevado. A possível reavaliação do ENEM como certificador de conclusão do Ensino Médio, já mencionada pelo INEP, pode ser uma medida importante para atrair mais estudantes, oferecendo uma dupla função ao exame e facilitando o acesso ao ensino superior para aqueles que, por motivos diversos, abandonaram a escola regular.

O estudo destaca o preocupante cenário do ensino superior no Brasil, revelado pelo Censo do Ensino Superior de 2022. Apesar de haver quase 23 milhões de vagas disponíveis, apenas 4,7 milhões foram preenchidas, resultando em altas taxas de ociosidade: cerca de 40% nas universidades públicas e mais de 80% nas particulares. Além disso, quase 80% dos jovens entre 18 e 24 anos não estão cursando faculdade, e 32,3% sequer concluíram o ensino médio.

O levantamento também aponta para o crescimento expressivo do ensino à distância (EaD), que aumentou quase 190% nos últimos quatro anos, com 72% dos novos alunos optando por essa modalidade. O governo, preocupado com a qualidade dos cursos, anunciou que revisará a regulamentação do EaD, especialmente em áreas que exigem prática, como enfermagem, suspendendo temporariamente a abertura de novas vagas.

Esse cenário se relaciona diretamente à contração das inscrições no ENEM nos últimos anos. A dificuldade em preencher vagas nas universidades públicas e o aumento do EaD refletem as barreiras estruturais no acesso ao ensino superior, incluindo desigualdades socioeconômicas e a desconexão entre políticas públicas e a realidade educacional. A queda

nas inscrições no ENEM, observada de 2017 a 2021, é sintomática de um sistema que não consegue atrair ou reter estudantes, especialmente aqueles de baixa renda e de regiões mais vulneráveis.

O governo federal precisará articular políticas que combatam a evasão escolar, incentivem a permanência no ensino médio e ampliem o acesso ao ensino superior, utilizando programas como o Pé-de-Meia e ajustes no ENEM para atender às novas dinâmicas educacionais, revertendo a exclusão progressiva de jovens da educação superior.

A crise no preenchimento das vagas no ensino superior público brasileiro reflete um complexo conjunto de fatores que transcendem a simples análise da oferta e demanda. Embora as universidades públicas sejam gratuitas e tradicionalmente reconhecidas pela excelência, o Censo do Ensino Superior de 2023 revela que cerca de 40% das vagas estão ociosas. Entre 2017 e 2021, houve uma redução de 16% no número de ingressantes, mesmo com a estabilidade no número de concluintes do ensino médio, em torno de 1,8 milhão ao ano. Esse cenário aponta para problemas estruturais e mudanças nas dinâmicas sociais, econômicas e culturais que afetam o setor.

A perda de atratividade das universidades públicas, mesmo diante de um mercado saturado pelo ensino à distância (EaD) e instituições privadas, pode ser atribuída, em parte, aos cortes orçamentários que impactaram a infraestrutura e os equipamentos das instituições federais, deteriorando sua imagem perante a sociedade. Enquanto isso, a expansão da EaD nas instituições privadas tornou-se uma alternativa mais acessível e conveniente para muitos estudantes, especialmente em regiões periféricas e no interior do país. A flexibilidade e os custos reduzidos associados ao EaD oferecem uma solução imediata para a formação superior, mas levantam questões sobre a qualidade e a adequação da formação acadêmica às demandas do mercado de trabalho.

A falta de inovação nos portfólios de cursos e metodologias nas universidades públicas é outro ponto crítico. A rigidez institucional e a lentidão na adaptação às demandas contemporâneas afastam parte dos estudantes, principalmente aqueles das gerações Y e Z, que buscam formações aplicadas e metodologias mais dinâmicas. Durante a pandemia, o atraso das instituições públicas na adoção de aulas remotas também contribuiu para reforçar a percepção negativa de uma estrutura lenta e pouco responsiva.

No cenário político, o enfraquecimento de políticas de apoio como o FIES e o PROUNI não resultou na pressão esperada sobre o setor público, mas sim em uma retração geral no acesso ao ensino superior. A ausência de iniciativas como uma universidade federal dedicada à

EaD destaca a incapacidade do sistema público de competir em um mercado educacional em transformação.

Essa crise é agravada pela falta de uma abordagem estratégica nas universidades públicas para alinhar seus objetivos com as demandas da sociedade contemporânea. O isolamento de parte dos corpos docentes e gestores das necessidades reais do mercado de trabalho e das regiões onde estão inseridas as instituições também contribui para o distanciamento entre as universidades públicas e a sociedade.

Por fim, a queda nas inscrições no ENEM reforça esse contexto de contração no ensino superior público. O exame, que outrora simbolizou a democratização do acesso às universidades, perdeu seu vigor, refletindo as mesmas dificuldades enfrentadas pelas instituições públicas. Diante desse cenário, é imperativo que se articulem novas estratégias de gestão, inovação e articulação social para reconquistar a relevância do sistema público de ensino superior no Brasil.

ENEM 2024 - UMA ANÁLISE INTRODUTÓRIA

O ENEM 2024 consolidou a reversão da tendência de declínio observada entre 2017 e 2021, marcando uma recuperação significativa no número de inscrições e na participação de estudantes da rede pública. Esse avanço reflete não apenas a retomada de políticas públicas estratégicas, mas também uma articulação mais eficaz entre o governo federal e as secretarias estaduais de educação, com destaque para o impacto do Programa Pé-de-Meia e outras iniciativas voltadas à inclusão educacional.

A maior adesão ao exame por parte dos concluintes do Ensino Médio da rede pública reforça o papel histórico do ENEM como uma das principais ferramentas de democratização do acesso ao ensino superior no Brasil, ao mesmo tempo que evidencia os desafios estruturais que ainda precisam ser enfrentados. Nesta edição, a participação dos concluintes do Ensino Médio da rede pública alcançou 94%, um salto expressivo em relação aos 58% registrados em 2023. Em 14 das 27 unidades federativas, todos os concluintes da rede pública realizaram o exame, demonstrando a eficácia de políticas de incentivo como o Pé-de-Meia, que vincula benefícios financeiros à participação dos estudantes. Este programa, que oferece R\$ 200 para os beneficiários que comparecem aos dois dias de prova, revelou-se crucial para combater a evasão escolar e ampliar o acesso ao exame, reafirmando a importância de ações que conectem a permanência escolar às perspectivas futuras de inclusão educacional e social.

Apesar do crescimento nas inscrições, os desafios relacionados ao Novo Ensino Médio permanecem. A dificuldade de muitas escolas em implementar práticas pedagógicas alinhadas ao ENEM pode perpetuar desigualdades existentes, especialmente para estudantes de contextos socioeconômicos mais vulneráveis. Essa limitação destaca a necessidade de um maior alinhamento entre as políticas de ensino médio e as demandas do ENEM, para que a expansão da participação no exame não seja acompanhada por um aumento das disparidades educacionais. Outro ponto relevante é o debate sobre o retorno do uso do ENEM como instrumento de certificação do Ensino Médio, interrompido em 2017. A retomada dessa função seria estratégica para atrair um contingente adicional de pelo menos 1 milhão de estudantes que buscam concluir sua educação formal. Essa medida, além de ampliar o alcance do exame, reafirma o papel do ENEM como uma ferramenta multifacetada de inclusão, oferecendo tanto a possibilidade de acesso ao ensino superior quanto melhores oportunidades no mercado de trabalho.

Em síntese, o ENEM 2024 não apenas consolidou o refluxo dos dados negativos acumulados nos anos anteriores, mas também demonstrou a relevância de políticas articuladas e abrangentes para a democratização do acesso ao ensino superior. No entanto, os avanços alcançados precisam ser acompanhados por investimentos contínuos em infraestrutura escolar, formação docente e iniciativas de permanência estudantil, garantindo que o aumento na participação seja acompanhado pela equidade nas condições de aprendizagem e nas oportunidades de futuro para todos os estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho analisou a redução expressiva nas inscrições do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) entre 2017 e 2021, destacando fatores estruturais e conjunturais que influenciaram esse fenômeno. A partir de uma abordagem fundamentada no materialismo histórico-dialético, foram identificadas as condições sociais, políticas e econômicas que condicionaram o afastamento de jovens brasileiros desse mecanismo central de democratização do acesso ao ensino superior. Entre os fatores mais relevantes, destaca-se a crise econômica, que aprofundou as desigualdades sociais e reduziu o poder aquisitivo das famílias, obrigando muitos jovens a escolher entre trabalhar ou estudar. Soma-se a isso o impacto devastador da pandemia de Covid-19, que ampliou os déficits educacionais, especialmente entre os estudantes de escolas públicas, devido às dificuldades de acesso ao ensino remoto.

A exclusão dos mais vulneráveis também foi agravada por mudanças nas políticas de isenção do ENEM, como a exigência de justificativa de ausência em edições anteriores, impondo barreiras adicionais à participação de grupos historicamente marginalizados. Além disso, a desinformação sobre as universidades públicas e o papel do ENEM como política de inclusão limitou o horizonte educacional de muitos jovens, especialmente aqueles das periferias urbanas e áreas rurais. A disseminação de discursos anticiência e a precarização do financiamento das universidades públicas enfraqueceram o papel simbólico e prático dessas instituições como motores de transformação social.

Esse cenário evidenciou contradições entre a expansão inicial promovida pelo ENEM e as limitações estruturais que comprometeram sua continuidade. Apesar do contexto desafiador, iniciativas como o programa Pé-de-Meia merecem destaque. Este programa surge como uma iniciativa exemplar ao articular, de forma inovadora, a permanência escolar, a transferência de renda e o estímulo à participação no ENEM. Ao integrar esses elementos, o Pé-de-Meia combate a evasão escolar e projeta o ensino superior como uma possibilidade concreta para milhares de jovens em situação de vulnerabilidade. Essa abordagem integrada tem um potencial significativo para reverter a preocupante queda nas inscrições no ENEM, fortalecendo o vínculo dos estudantes com a escola e ampliando suas perspectivas de futuro.

Por outro lado, a possibilidade de retomada da certificação do ensino médio via ENEM deve ser vista com cautela. Embora essa medida possa elevar temporariamente o número de inscritos, corre-se o risco de desviar o propósito central do exame como instrumento de democratização do acesso ao ensino superior. Mais do que inflar números, o fortalecimento do ENEM deve estar associado à expansão de políticas como o FIES e o PROUNI, que têm desempenhado papel fundamental na inclusão de estudantes no ensino superior. Essas iniciativas devem ser revisadas e ampliadas, garantindo maior segurança e acesso às populações mais vulneráveis. Além disso, é essencial regular a expansão da Educação a Distância (EaD), combatendo sua precarização e assegurando padrões mínimos de qualidade, ao mesmo tempo em que se acompanha atentamente os processos seletivos que deixaram de considerar a nota do ENEM como critério de ingresso, para evitar o enfraquecimento desse importante mecanismo de seleção e difusão de processos de aprovação automáticas nas instituições de ensino.

A partir da análise desenvolvida, este trabalho propõe que o ENEM seja realinhado às demandas do Novo Ensino Médio, contemplando os itinerários formativos e valorizando a experiência de aprendizagem no contexto escolar. Revisar as regras de isenção e fortalecer o diálogo com as escolas públicas por meio de programas de divulgação e campanhas de

orientação sobre o papel transformador da educação superior são passos fundamentais nesse processo.

Ao longo de sua trajetória, o ENEM demonstrou ser uma ferramenta poderosa para democratizar o acesso às universidades. Contudo, a crise recente exige uma resposta coordenada entre governo, sociedade civil e instituições de ensino. Este trabalho, ao revelar as contradições e os desafios enfrentados no período analisado, reafirma o compromisso com uma educação que não apenas expanda o acesso, mas que também assegure a permanência e o sucesso de todos os estudantes, especialmente os provenientes de contextos historicamente marginalizados. A democratização do ensino superior, vista sob a perspectiva histórico-dialética, não é apenas uma meta técnica ou administrativa, mas um projeto de transformação social que exige comprometimento político e ações concretas para sua realização.

Por fim, este trabalho buscou contribuir para a compreensão do ENEM como uma política pública fundamental para a democratização do acesso ao ensino superior no Brasil. Por meio de uma análise crítica, a pesquisa abordou as causas do declínio das inscrições no ENEM entre 2017 e 2021, relacionando-as às transformações socioeconômicas, políticas e educacionais ocorridas no período. O estudo também destacou o papel do exame na estruturação do segundo ciclo de expansão do ensino superior e apontou as contradições que emergiram nesse processo. Sugere-se que as ações propostas não apenas fortaleçam o ENEM como principal porta de entrada para o ensino superior, mas também consolidem o ensino superior presencial como espaço de excelência e inclusão. Esse fortalecimento deve vir acompanhado da criação de condições para que a educação seja efetivamente um instrumento de redução das desigualdades e um caminho para a construção de um Brasil mais justo e igualitário.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade? Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018. ARISTOVNIK, A.; KERŽIČ, D.; RAVŠELJ, D.; TOMAŽEVIČ, N.; UMER, M. Impacts of the COVID-19 Pandemic on Life of Higher Education Students: A Global Perspective. *Sustainability*, v. 12, n. 20, p. 8438, 2020.

BOURDIEU, Pierre. *A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984.

BRASIL. Ministério da Educação. Censo da Educação Superior 2023. Brasília: MEC/Inep, 2024. Disponível em <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>>

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. BRASIL.

Ministério da Saúde. Painel Coronavírus Brasil. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

BRASIL. Secretaria Especial de Comunicação Social. Mais de 52 mil alunos do Distrito Federal comparecem ao segundo dia de provas do ENEM. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias-regionalizadas/enem-2024/mais-de-52-mil-alunos-do-distrito-federal-comparecem-ao-segundo-dia-de-provas-do-enem>. Acesso em: 15 nov. 2024.

CARLI, Ranieri. Essência e verdade: duas categorias do método em Marx. *Revista da Universidade Federal de Sergipe*, v. 4, n. 8, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/prometeus/article/download/775/668/1953>

CEBRASPE. Boletim Informativo PAS 2021-2023. Disponível em: https://cdn.cebraspe.org.br/wp-content/uploads/2024/03/2024_PAS_Boletim-Informativo_2021-2023_v1.pdf. Acesso em: 15 nov. 2024.

COLLINS, Patricia Hill. Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica. São Paulo: Boitempo, 2022.

CUNHA, M. C. da. O método dialético na pesquisa em educação. São Paulo: Cortez, 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a Crise do Capitalismo Real. São Paulo: Cortez, 2004.

JORNAL UNESP. Por que o número de jovens que se candidatam a uma vaga no ensino superior gratuito tem caído nos últimos anos? Jornal Unesp, 22 jun. 2023. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2023/06/22/por-que-o-numero-de-jovens-que-se-candidatam-a-uma-vaga-no-ensino-superior-gratuito-tem-caido-nos-ultimos-anos/>. Acesso em: 17 setembro. 2024.

INEP. Microdados do Enem 2024. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2024.

MARTIN, Trow. Elite to Mass to Universal Access: Forms and Phases of Higher Education in Modern Societies Since WWII. Higher Education Quarterly, v. 29, n. 1, p. 1-21, 1973.

MARX, Karl. O Capital – crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MASSON, G. A importância dos fundamentos ontológicos nas pesquisas em educação. In: MASSON, G. O Método Dialético na Pesquisa em Educação. São Paulo: Cortez, 2014. p. 251-270.

RÊSES, Erlando da Silva. A Construção do Materialismo Histórico-dialético e a Atualidade do Pensamento Marxista no Contexto da Crise Econômico-financeira. In: CUNHA, Célio da; SOUSA, José Vieira de; SILVA, Maria Abádia da (orgs). **O Método Dialético na Pesquisa em Educação**. Campinas, SP: Autores Associados/Brasília, DF: Faculdade de Educação, 2014.

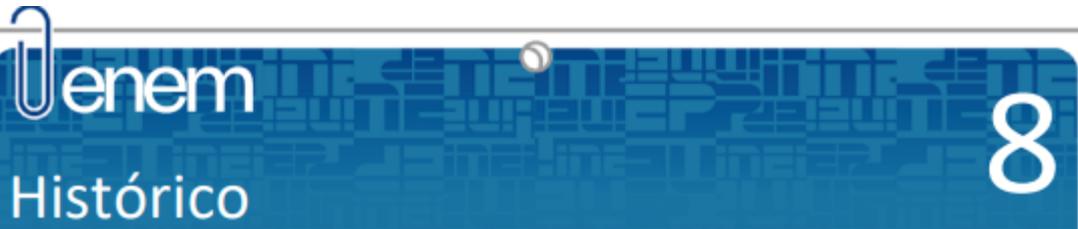
SENKEVICS, Adriano Souza. A expansão recente do ensino superior: cinco tendências de 1991 a 2020. Disponível em: <http://cadernosdeestudos.inep.gov.br/ojs3/index.php/cadernos/article/view/4892/3887>. Acesso em 16 de nov 2024.

SENKEVICS, Adriano Souza. Ofício de vestibulando: impasses da juventude na transição para o ensino superior, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/kmC5zbT84LK9CynB8NF4K6h/> Acesso em 16 nov 2024.

SENKEVICS, Adriano Souza. O acesso, ao inverso: desigualdades à sombra da expansão do ensino superior brasileiro, 1991-2020. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48137/tde-11012022-103758/pt-br.php>

SENKEVICS, Adriano. Meritocracia para quem? A interseção entre renda, raça e desempenho no Enem. Jornal Nexo. Disponível em <https://pp.nexojournal.com.br/opiniao/2022/06/24/meritocracia-para-quem-a-intersecao-entre-renda-raca-e-desempenho-no-enem>

SENKEVICS, Adriano. Ciclos de Expansão do Ensino Superior Brasileiro: Uma Análise de Contradições. Brasília: IPEA, 2022. Disponível em <https://www.scielo.br/j/es/a/9QPgLZg9NZdCt7vVwBCCyqj/>

ANEXO I - HISTÓRICO DO ENEM (INEP)**1998**

Mais de 115 mil estudantes brasileiros participam da primeira aplicação do Enem, de foco transdisciplinar, com ênfase na avaliação de 5 competências e 21 habilidades do cidadão ao término da educação básica.

1999

Instituições de educação superior passam a utilizar o Enem como critério de acesso aos cursos de graduação. A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e a Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop) foram as primeiras.

2000

O exame se operacionaliza para atender pessoas com necessidades especiais, passando a oferecer prova em braile, prova ampliada, auxílio para leitura e transcrição e tradutor/intérprete em Libras.

2001

Começa a política de inscrição gratuita para concluintes do ensino médio no ano da edição.

Histórico

2004

Resultado individual do Enem passa a ser critério de acesso a bolsas de estudo integral ou parcial em cursos de graduação de instituições privadas por meio do ProUni, lançado naquele ano, por medida provisória, e transformado em lei em 2005.

2009

O Sisu é criado. Com ele, instituições federais de educação superior utilizam as notas do Enem para seleção de alunos para os seus cursos de graduação. A Teoria de Resposta ao Item (TRI) é adotada na correção das provas. A TRI estima a dificuldade das questões e avalia o conhecimento dos participantes. A matriz de referência passa a ter quatro grandes áreas: ciência humanas e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; linguagens, códigos e suas tecnologias. O Enem passa a ter 180 questões objetivas, além da redação. A aplicação, que antes era em um domingo, passa a ocupar o sábado e o domingo. O exame passa a ser usado também para certificação de conclusão do ensino médio, com o mínimo de 400 pontos em cada área e 500 pontos na redação.

2010

O exame começa a ser aplicado para pessoas privadas de liberdade (Enem PPL).

2012

Integrantes de família de baixa renda com Número de Identificação Social (NIS) e renda familiar por pessoa de até meio salário mínimo ou renda familiar mensal de até três salários mínimos (Decreto 6135/2007) passam a ter direito à isenção da taxa de inscrição.

2013

Todas as instituições federais de educação superior passam a utilizar o Enem como critério de seleção para novos alunos. A nota do Enem começa a ser utilizada na concessão de bolsas de estudos do programa Ciência sem Fronteiras.

2014

Assinado o primeiro acordo interinstitucional com uma instituição de educação superior portuguesa, a Universidade de Coimbra, para uso das notas do Enem no acesso a vagas.

2015

Começa a política de atendimento por nome social. Já no primeiro ano, 286 travestis e transexuais usaram o benefício.

2016

Estreiam a coleta de dado biométrico e o uso de detectores de metal na entrada e na saída dos banheiros.

2017

Após consulta pública, o exame passa a ser aplicado em dois domingos consecutivos. O Enem deixa de certificar o ensino médio, função que retorna ao Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), e de divulgar as notas de escolas. A prova passa a ser personalizada, com o nome do participante, e são utilizados outros recursos de segurança, como o detector de ponto eletrônico. Participantes surdos e deficientes auditivos têm direito à videoprova em Libras.

2018

Implantadas a justificativa de ausência e a solicitação de isenção em período anterior à inscrição. Avaliações de matemática e ciências da natureza ganham mais 30 minutos para serem executadas.

2019

Estabelecido novo sistema de inscrição, com inclusão opcional de foto no sistema. Surdos, deficientes auditivos e surdocegos têm a oportunidade de indicar, durante a inscrição, o uso de aparelho auditivo ou de implante coclear. Espaço para rascunho no Caderno de Questões. Todos os lanches passam a ser vistoriados e emissão de som em aparelho eletrônico se torna critério de eliminação.

2020

O Enem Digital é aplicado. São disponibilizadas 101.100 vagas para a nova versão do exame e confirmadas 96.086 inscrições. Participantes com doenças infectocontagiosas previstas nos editais podem fazer as provas da reaplicação, após a comprovação da condição. Inscritos com cegueira, surdocegueira, baixa visão ou visão monocular tem direito a recurso para uso de leitor de tela.

2021

Inep publica edital para a fase de isenção da taxa de inscrição separadamente. As duas versões do Enem 2021 (impressa e digital) são aplicadas nos mesmos dias, além de contarem com itens iguais e mesmo tema de redação. Atendimento especializado é implementado no Enem Digital.

2022

PIX e cartão de crédito também foram aceitos para pagamento da taxa de inscrição do exame. Documentos digitais (e-Título, CNH digital e RG digital) puderam ser apresentados como forma de identificação dos participantes para a realização das provas.

ANEXO II - NÚMEROS DO ENEM 2024 (INEP)

OS NÚMEROS DO ENEM 2024

4,32 milhões

Total de inscrições em todo Brasil

enem2024

Exame Nacional do Ensino Médio

2,75 milhões

Total de inscrições gratuitas

1,57 milhão

Total de inscrições pagas

3,15 milhões

Total de alunos que compareceram às provas no primeiro dia (3/11)

2,98 milhões

Total de estudantes que fizeram o Enem no segundo dia de avaliação (10/11)

1,66 milhão

De concluintes do ensino médio na rede pública (94% do total) participaram do Enem

90% dos inscritos

Foram alocados em até 10 km das suas residências

14 das 27 Unidades da Federação

Tiveram 100% de concluintes do ensino médio na rede pública inscritos no Enem

1.753 municípios

Aplicaram as provas

10.766 locais de prova

11.635 coordenações

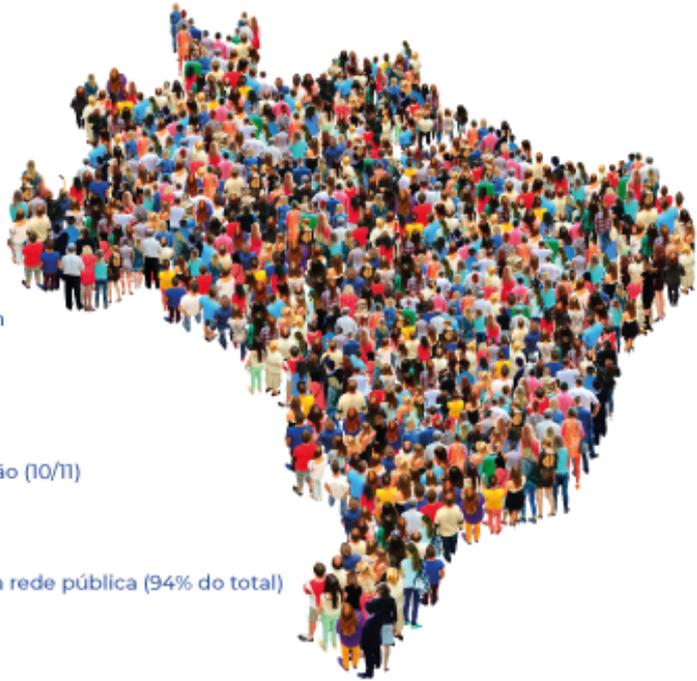
149.724 salas de aplicação

11 a 15 de novembro

Prazo para solicitar a reaplicação das provas, por meio da Página do Participante, por problemas logísticos ou doenças infectocontagiosas

13 de janeiro de 2025

Divulgação dos resultados finais



ANEXO III - ENEM NAS CINCO REGIÕES DO BRASIL (INEP)

O ENEM NAS CINCO REGIÕES DO BRASIL

enem2024

Exame Nacional do Ensino Médio

Região Norte

487,1 mil de inscritos confirmados

PA	- 247.752 inscritos	75.738 concluintes (100%)
AM	- 96.787 inscritos	46.683 concluintes (90,48%)
RO	- 38.546 inscritos	15.806 concluintes (95,52%)
TO	- 34.461 inscritos	14.330 concluintes (81,47%)
AP	- 30.596 inscritos	8.668 concluintes (100%)
AC	- 26.375 inscritos	9.082 concluintes (100%)
RR	- 12.670 inscritos	5.558 concluintes (83,58%)

Região Centro-Oeste

343,9 mil de inscritos confirmados

GO	- 150.770 inscritos	70.701 concluintes (100%)
DF	- 74.366 inscritos	26.177 concluintes (100%)
MT	- 67.640 inscritos	27.709 concluintes (88,88%)
MS	- 51.199 inscritos	20.321 concluintes (83,68%)

Região Sul

553,4 mil de inscritos confirmados

RS	- 279.028 inscritos	70.429 concluintes (89,05%)
PR	- 179.562 inscritos	89.337 concluintes (89,73%)
SC	- 94.904 inscritos	45.265 concluintes (73,48%)

Região Nordeste

1,53 milhão de inscritos confirmados

BA	- 376.352 inscritos	140.706 concluintes (100%)
CE	- 250.388 inscritos	113.586 concluintes (100%)
PE	- 237.290 inscritos	82.720 concluintes (100%)
MA	- 178.616 inscritos	60.553 concluintes (83,42%)
PB	- 128.376 inscritos	39.656 concluintes (100%)
PI	- 107.979 inscritos	35.114 concluintes (100%)
RN	- 102.090 inscritos	28.448 concluintes (100%)
AL	- 88.803 inscritos	37.205 concluintes (100%)
RN	- 69.376 inscritos	22.069 concluintes (100%)

Região Sudeste

1,4 milhão de inscritos confirmados

SP	- 645.849 inscritos	302.392 concluintes (79,87%)
MG	- 393.007 inscritos	136.196 concluintes (84,49%)
RJ	- 288.811 inscritos	103.488 concluintes (84,34%)
ES	- 74.368 inscritos	30.460 concluintes (81,47%)

Fontes: Ministério da Educação e Inep

ANEXO IV - NÚMEROS DO PROUNI (INEP)



Ofertas de bolsas por estado:

UF	Total de bolsas	Bolsas integrais (100%)	Bolsas parciais (50%)	Cursos	Instituições
Sergipe	2.267	1.653	614	136	29
Piauí	2.898	2.271	627	122	38
Rio Grande do Norte	1.776	1.357	419	119	30
Maranhão	10.031	6.007	4.024	134	49
Paraíba	2.346	1.809	537	126	41
Pernambuco	9.213	6.506	2.707	168	67
Alagoas	2.179	1.686	493	124	28
Bahia	16.204	11.830	4.374	182	102
Ceará	7.060	5.472	1.588	143	63
Tocantins	2.316	1.553	763	111	30
Roraima	835	618	217	56	18
Rondônia	2.394	2.068	326	117	37
Pará	9.241	7.779	1.462	144	54
Amazonas	13.816	3.408	10.408	100	35
Acre	813	747	66	78	20
Amapá	729	688	41	49	19
Rio de Janeiro	10.978	9.459	1.519	186	60
São Paulo	44.631	34.635	9.996	258	177
Espirito Santo	3.443	2.364	1.079	130	44
Minas Gerais	28.528	16.393	12.135	191	159
Santa Catarina	8.064	7.775	289	161	60
Rio Grande do Sul	13.495	9.468	4.027	212	80
Paraná	15.469	11.532	3.937	200	76
Mato Grosso	8.322	8.160	162	134	48
Mato Grosso do Sul	6.687	6.619	68	141	29
Goiás	13.604	4.860	8.744	148	72
Distrito Federal	6.511	3.602	2.909	165	45



ANEXO V - NÚMEROS DO FIES 2023 (INEP)

FIES
SOCIAL

Fundo de
Financiamento
Estudantil



50.186

beneficiados em **2023**



34.241

mulheres contempladas
(68,23%)



28.154

são pessoas negras
(56,1%)

SECRETARIA DE
COMUNICAÇÃO SOCIAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

ANEXO VI - VAGAS NÃO PREENCHIDAS PAS UnB 2023

Cursos com vagas não preenchidas

Campus	Curso	Turno	Vagas ofertadas	Selecionados	Vagas não preenchidas
Campus UnB — Ceilândia / DF	Saúde Coletiva (Bacharelado)	Diurno	30	23	7
Campus UnB — Darcy Ribeiro (Plano Piloto) / DF	Arquivologia (Bacharelado)	Noturno	21	12	9
Campus UnB — Darcy Ribeiro (Plano Piloto) / DF	Artes Visuais (Licenciatura)*	Noturno	10	0	10
Campus UnB — Darcy Ribeiro (Plano Piloto) / DF	Artes Visuais (Licenciatura)*	Diurno	15	0	15
Campus UnB — Darcy Ribeiro (Plano Piloto) / DF	Ciências Ambientais (Bacharelado)	Noturno	20	13	7
Campus UnB — Darcy Ribeiro (Plano Piloto) / DF	Ciências Contábeis (Bacharelado)	Noturno	30	23	7
Campus UnB — Darcy Ribeiro (Plano Piloto) / DF	Engenharia Florestal (Bacharelado)	Diurno	25	10	15

Campus	Curso	Turno	Vagas ofertadas	Selecionados	Vagas não preenchidas
Campus UnB — Darcy Ribeiro (Plano Piloto) / DF	Filosofia (Licenciatura)	Noturno	20	1	19
Campus UnB — Darcy Ribeiro (Plano Piloto) / DF	Geofísica (Bacharelado)	Diurno	15	9	6
Campus UnB — Darcy Ribeiro (Plano Piloto) / DF	Gestão de Agronegócio (Bacharelado)	Noturno	20	11	9
Campus UnB — Darcy Ribeiro (Plano Piloto) / DF	História (Licenciatura)	Noturno	20	16	4
Campus UnB — Darcy Ribeiro (Plano Piloto) / DF	Letras – Português do Brasil como Segunda Língua (Licenciatura)	Diurno	15	11	4
Campus UnB — Darcy Ribeiro (Plano Piloto) / DF	Letras – Tradução – Francês (Bacharelado)	Diurno	9	3	6
Campus UnB — Darcy Ribeiro (Plano Piloto) / DF	Letras – Tradução Espanhol (Bacharelado)	Noturno	15	4	11

Campus UnB — Darcy Ribeiro (Plano Piloto) / DF	Licenciatura em Artes Cênicas	Noturno	17	2	15
Campus UnB — Darcy Ribeiro (Plano Piloto) / DF	Licenciatura em Física	Noturno	20	2	18
Campus UnB — Darcy Ribeiro (Plano Piloto) / DF	Licenciatura em Matemática	Noturno	16	9	7
Campus UnB — Darcy Ribeiro (Plano Piloto) / DF	Licenciatura em Música*	Noturno	13	0	13
Campus UnB — Darcy Ribeiro (Plano Piloto) / DF	Licenciatura em Química	Noturno	16	7	9
Campus UnB — Darcy Ribeiro (Plano Piloto) / DF	Língua e Literatura Japonesa (Licenciatura)	Noturno	14	3	11
Campus UnB — Darcy Ribeiro (Plano Piloto) / DF	Língua Espanhola e Literatura Espanhola e Hispano-Americana (Licenciatura)	Noturno	15	3	12
Campus UnB — Darcy Ribeiro (Plano Piloto) / DF	Língua Estrangeira Aplicada – Multilinguismo e Sociedade da Informação (Bacharelado)	Diurno	15	13	2
Campus UnB — Darcy Ribeiro (Plano Piloto) / DF	Língua Francesa e Respectiva Literatura (Bacharelado/Licenciatura)	Diurno	13	3	10
Campus UnB — Darcy Ribeiro (Plano Piloto) / DF	Língua Portuguesa e Respectiva Literatura (Licenciatura)	Noturno	20	11	9

Campus	Curso	Turno	Vagas ofertadas	Selecionados	Vagas não preenchidas
Campus UnB — Darcy Ribeiro (Plano Piloto) / DF	Museologia (Bacharelado)	Diurno	16	10	6
Campus UnB — Darcy Ribeiro (Plano Piloto) / DF	Música (Bacharelado)*	Diurno	13	2	11
Campus UnB — Darcy Ribeiro (Plano Piloto) / DF	Química Tecnológica (Bacharelado)	Diurno	16	12	4
Campus UnB — Darcy Ribeiro (Plano Piloto) / DF	Saúde Coletiva (Bacharelado)	Noturno	20	12	8
Campus UnB — Darcy Ribeiro (Plano Piloto) / DF	Serviço Social (Bacharelado)	Noturno	20	13	7
Campus UnB — Darcy Ribeiro (Plano Piloto) / DF	Teoria, Crítica e História da Arte (Bacharelado)	Noturno	20	4	16
Campus UnB — Darcy Ribeiro (Plano Piloto) / DF	Turismo (Bacharelado)	Diurno	20	13	7
Campus UnB — Planaltina / DF	Ciências Naturais (Licenciatura)	Diurno	20	9	11
Campus UnB — Planaltina / DF	Ciências Naturais (Licenciatura)	Noturno	20	2	18
Campus UnB — Planaltina / DF	Gestão Ambiental (Bacharelado)	Noturno	20	0	20
Campus UnB — Planaltina / DF	Gestão do Agronegócio (Bacharelado)	Diurno	25	4	21
TOTAL					337

ANEXO VII - VAGAS NÃO PREENCHIDAS VESTIBULAR UnB 2023

Vagas não preenchidas no vestibular	
Curso	Total
Arquivologia (Bacharelado) - Noturno	9
Ciências Ambientais (Bacharelado) - Noturno	11
Ciências Contábeis (Bacharelado) - Noturno	3
Ciências Naturais (Licenciatura) - Diurno	18
Ciências Naturais (Licenciatura) - Noturno	18
Engenharia Florestal (Bacharelado) - Diurno	11
Filosofia (Licenciatura) - Noturno	11
Geofísica (Bacharelado) - Diurno	10
Gestão Ambiental (Bacharelado) - Noturno	19
Gestão de Agronegócio (Bacharelado) - Noturno	10
Gestão do Agronegócio (Bacharelado) - Diurno	22
Letras – Português do Brasil como Segunda Língua (Licenciatura) - Diurno	4
Letras – Tradução – Francês (Bacharelado) - Diurno	4
Letras – Tradução Espanhol (Bacharelado) - Noturno	7
Licenciatura em Artes Cênicas (*) - Noturno	2
Licenciatura em Física - Noturno	9
Licenciatura em Matemática - Noturno	7
Licenciatura em Música* - Noturno	9
Licenciatura em Química - Noturno	8
Língua e Literatura Japonesa (Licenciatura) - Noturno	8
Língua Espanhola e Literatura Espanhola e Hispano-Americana (Licenciatura) - Noturno	9
Língua Francesa e Respectiva Literatura (Bacharelado/Licenciatura) - Diurno	4
Museologia (Bacharelado) - Diurno	5
Música (Bacharelado)* - Diurno	9
Pedagogia (Licenciatura) - Noturno	5
Química Tecnológica (Bacharelado) - Diurno	11
Saúde Coletiva (Bacharelado) - Diurno	23
Saúde Coletiva (Bacharelado) - Noturno	5
Serviço Social (Bacharelado) - Noturno	5
Turismo (Bacharelado) - Diurno	15
	291

ANEXO VIII - CARTILHA PROGRAMA PÉ DE MEIA

A cartilha informativa sobre o Programa Pé-de-Meia. O fundo da cartilha é dividido em duas partes principais: à esquerda, uma fotografia de três estudantes (duas meninas e um menino) sorrindo em um ambiente escolar; à direita, um fundo sólido de cor azul claro. No centro, há um retângulo branco com o logotipo do programa e o texto explicativo. Na base da cartilha, há uma barra decorativa com quatro segmentos coloridos: azul, verde, amarelo e vermelho.

**PÉ-DE-MEIA**
A poupança do ensino médio

O Pé-de-Meia é um programa de incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, para promover a permanência e a conclusão escolar de estudantes matriculados no ensino médio público.

[OBJETIVOS:]

- democratizar o acesso dos jovens ao ensino médio e estimular a sua permanência;
- mitigar os efeitos das desigualdades sociais na permanência e na conclusão do ensino médio;
- reduzir as taxas de retenção, abandono e evasão escolar;
- contribuir para a promoção da inclusão social pela educação;
- promover o desenvolvimento humano, com atuação sobre determinantes estruturais da pobreza extrema e de sua reprodução intergeracional;
- estimular a mobilidade social.





2,5 milhões

de estudantes atendidos*



R\$ 9.200

Valor total para cada estudante que cursar e concluir as três séries do ensino médio**

[Quem tem direito ao incentivo?]

- Estudantes de **14 a 24 anos**, de baixa renda, matriculados no **ensino médio regular das redes públicas**, pertencentes a famílias inscritas no Programa Bolsa Família.
- Estudantes de **19 a 24 anos**, de baixa renda, matriculados na **Educação de Jovens e Adultos (EJA)**, pertencentes a famílias inscritas no Programa Bolsa Família.



R\$ 7,1 bilhões

de investimento em 2024, por meio de um fundo privado da Caixa Econômica Federal*

*Estimativa. ** Valor total considerando o cumprimento de todas as condicionalidades do Programa.

[INCENTIVOS]



Matrícula



Frequência



Conclusão



Enem

Valor total	R\$ 200	R\$ 1800	R\$ 1000	R\$ 200
Pagamento	Parcela única	9 parcelas de R\$ 200	Parcela única, com saque apenas na conclusão do ensino médio	Parcela única, com saque apenas na conclusão do ensino médio
Requisitos	Efetivação da matrícula em até dois meses a partir do início do ano letivo	Frequência comprovada no mês ou na média do período letivo transcorrido	Aprovação em ano letivo e participação em avaliações educacionais	Participação no Enem (exclusivo para os estudantes da última série do ensino médio)

TRAJETÓRIA PÉ-DE-MEIA



1ª série do EM

R\$200 **MATRÍCULA**
R\$1.800 (em 9x) **FREQUÊNCIA**
R\$1.000 **POUPANÇA**



2ª série do EM

R\$200 **MATRÍCULA**
R\$1.800 (em 9x) **FREQUÊNCIA**
R\$1.000 **POUPANÇA**



3ª série do EM

R\$200 **MATRÍCULA**
R\$1.800 (em 9x) **FREQUÊNCIA**
R\$200 **ENEM**
R\$1.000 **POUPANÇA**

@gabineteeducacao